



**Terceira Sessão Legislativa Ordinária  
Quinquagésima Primeira Legislatura**

**ATA DA DÉCIMA REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO MISTA  
DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO,  
realizada em 11 de dezembro de 2001.**

Aos onze dias do mês de dezembro do ano dois mil e um, às quatorze horas e cinquenta e sete minutos, reuniu-se a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, no plenário 02, do Anexo II da Câmara dos Deputados, sob a presidência do Terceiro Vice-Presidente, Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES. A reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 09/2001, de autoria do Deputado José Pimentel, que solicitava o comparecimento do funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil S.A, Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, e do Presidente do referido Banco, Dr. Byron Costa de Queiroz, para prestarem esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 28/2001-CN, que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito especial no valor de R\$ 3.642.611.000,00, (três bilhões, seiscentos e quarenta e dois milhões, seiscentos e onze mil reais), para os fins que especifica”. Foi registrado o comparecimento dos membros: - **Deputados titulares:** Airton Cascavel, Alberto Goldman, Anivaldo Vale, Antônio Carlos Konder Reis, Antônio do Valle, Basílio Villani, Danilo de Castro, Divaldo Suruagy, Félix Mendonça, Gilmar Machado, Gonzaga Patriota, Helenildo Ribeiro, João Almeida, João Grandão, João Matos, Jorge Khoury, José Carlos Elias, José Chaves, Marçal Filho, Márcio Reinaldo Moreira, Nelson Meurer, Neuton Lima, Olavo Calheiros, Orlando Desconsi, Osvaldo Coêlho, Paulo Braga, Paulo Mourão, Pedro Celso, Pedro Fernandes, Pedro Novais, Roberto Balestra, Roberto Rocha, Virgílio Guimarães e Wilson Braga; - **Deputados suplentes:** Adolfo Marinho, Alceste Almeida, Aracely de Paula, Armando Abílio, Átila Lins, Carlito Meress, Carlos Nader, Clementino Coelho, Coriolano Sales, Domiciano Cabral, Dr. Gomes, Eunício Oliveira, Fernando Coruja, Francisco Rodrigues, Gastão Vieira, João Tota, Jorge Alberto, José Pimentel, Laura Carneiro, Osvaldo Reis, Pedro Chaves, Pompeo de Mattos, Raimundo Gomes de Matos, Ricardo Barros, Sérgio Barros, Silas Brasileiro, Telma de Souza e Waldemir Moka; - **Senadores titulares:** Amir Lando, Antero Paes de Barros, Carlos Bezerra, Jonas Pinheiro, José Coelho, Leomar Quintanilha, Marluce Pinto, Nabor Junior, Romero Jucá, Ronaldo Cunha Lima e Wellington Roberto; o **Senador suplente:** Antônio Carlos Valadares. - **Não membros:** Deputado Manoel Salviano. **ABERTURA:** O Presidente em exercício declarou iniciada a reunião, convidando o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho para compor a mesa. O Presidente propôs que o palestrante se restringisse ao tempo de quarenta minutos, em virtude da exigüidade de tempo. O Deputado José Pimentel registrou que o palestrante chegou ao recinto às 14 horas. O Presidente explicou que o atraso no início da reunião deveu-se à realização de reunião com o Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na Comissão, tendo sido estendida até às 14 horas daquela data. O



CONGRESSO NACIONAL  
Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Presidente informou que conforme o estipulado *no art. 255, § 5º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados*, os Parlamentares inscritos para interpelar o expositor poderiam fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 3 minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo. A seguir, a palavra foi assegurada ao Sr. Antônio Carlos Dias Coelho. Os debates foram iniciados. Discutiram o assunto os Deputados José Pimentel e Manoel Salviano. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, o Dr. Byron Costa de Queiroz fez uso da palavra para pronunciar sua explanação. Discutiram o assunto os Deputados Adolfo Marinho, Anivaldo Vale, Osvaldo Coêlho, Raimundo Gomes de Matos, Joel de Hollanda, José Carlos Elias, João Almeida, Benito Gama, Jorge Khoury, Manoel Salviano, Danilo de Castro, Félix Mendonça, Roberto Rocha e o Senador Mauro Benevides. O Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, Diretor do Banco, fez uso da palavra. O palestrante respondeu aos questionamentos efetuados pelos Senhores Parlamentares. **ENCERRAMENTO:** O Presidente em exercício encerrou a reunião, às dezoito horas e dois minutos. Para constar, eu, Myrna Lopes Pereira, Secretária, lavrei a presente Ata, que, após a sua aprovação, será assinada pelo Presidente e encaminhada para publicação no Diário do Congresso Nacional – Sessão Conjunta. Os trabalhos foram gravados e, após traduzidos, integrarão esta Ata. **Deputado VIRGÍLIO GUIMARÃES. Terceiro Vice-Presidente no exercício da Presidência.** XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização de 2001.

A reunião foi convocada com a finalidade de ouvir, às 14 horas, o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil S/A, BNB, e, às 15 horas, o Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A, BNB, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 28/2001-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos encargos financeiros da União, crédito especial no valor de 3 bilhões, 642 milhões e 611 mil reais, para os fins que o especifica, em atendimento ao Requerimento nº 09/2001, de autoria do Deputado José Pimentel.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Em função do atraso do início da reunião e, provavelmente dos compromissos dos convidados, e do provável início da Ordem do Dia, consulto ao Líder Ricardo Barros, à Assessoria do Banco do Nordeste e aos demais presentes se poderíamos fazer uma compactação do tempo: realizarmos a primeira parte da reunião até 15h40min. Depois, faríamos a audiência com o Presidente Byron Queiroz.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, quero registrar que o Sr. Antônio Carlos Coelho chegou às 14 horas. O atraso é decorrente de nossa agenda. Para nós, não tem problema o horário de 15h40min, proposto por V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** ( Deputado Virgílio Guimarães) – Para conhecimento da Casa, quero informar que o Presidente, o Vice-Presidente, as Lideranças e os Relatores da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização estivemos em reunião na sala da Presidência durante toda a manhã, encerrando-a, nobre Deputado José Pimentel, por volta das 14 horas. Trabalhamos toda a manhã, para passar um a um, fazendo uma triagem, todos os PLs pendentes na Casa. Talvez isso explique um pouco o atraso dos Srs. Deputados.

Dadas as explicações, estabeleceremos 40 minutos de debate: 20 minutos para a exposição, que é regimental, e 20 minutos para o debate.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – É razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Então, já fica acertado o início da segunda parte para as 15h40min.

Convido para fazer parte da Mesa e apresentar sua exposição o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, funcionário aposentado do Banco do Nordeste do Brasil. V.Sa. dispõe de até 20 minutos para sua exposição inicial.

**O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO** – Sr. Presidente, gostaria de ter uma informação.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO** – Se esta audiência pública é com a presença do Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Byron Costa de Queiroz, vai haver uma exposição prévia na sua ausência?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Foi o acertado. É uma audiência em duas partes. A audiência pública, do ponto de vista regimental, é uma só, mas, por decisão da Comissão, foi dividida em duas partes. A primeira, terá duração prefixada de uma hora, a segunda, até onde houver tempo para as perguntas.

Devido ao atraso e, de acordo com os Srs. presentes, estamos reduzindo a parte inicial para apenas 40 minutos: 20 minutos para exposição do nosso convidado e 20 minutos, dentro do possível, para o debate.

Isso foi acertado, inclusive com os convidados.

**O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO** – Ok, obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Com a palavra o Sr. Antônio Carlos Dias Coelho.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO** – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. membros da Comissão, minhas senhoras e meus senhores.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite feito por esta Casa. Ele nos dá oportunidade de discutir o crédito que está sendo aberto no valor 2 bilhões, 556 milhões de reais para sanear o BNB. Ao mesmo tempo, gostaria de, nesta discussão, apontar a gestão temerária dos recursos públicos e tentar esclarecer a origem dos prejuízos que levaram à necessidade deste aporte de 2,5 bilhões de reais.

No nosso entendimento, há que se preocupar com o fato de que esses prejuízos, se não resolvidas as causas, poderão se estender ao futuro, com a aprovação, na forma proposta do Projeto de Lei nº 028.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Entendemos, inclusive, que essas irregularidades já são do conhecimento desta Casa, pois foram objeto de dez processos, junto ao Tribunal de Contas da União — órgão auxiliar do Congresso Nacional — bem como de depoimento, em audiência pública, no Congresso Nacional, da Dra. Tereza Grossi, Diretora de Fiscalização do Banco Central. Nessa audiência, ela afirmou que as irregularidades começaram pelo valor do saneamento banco a banco — referindo-se aos diversos bancos públicos. Esse é um assunto mais afeto ao Tesouro Nacional, de qualquer maneira, temos condições de conversar sobre os montantes apontados como necessários aos ajustes; no caso do Banco do Nordeste, 7 bilhões de reais.

A questão se afigura também mais relevante, não do ponto de vista do Banco, mas, sim, da administração. A classificadora de bancos Austin Asis, em recente publicação, demonstra que os demonstrativos financeiros do balanço do Banco do Nordeste tem o pior desempenho entre todos os bancos públicos. A questão, portanto, do nosso ponto de vista, é que o BNB, nesta gestão, foi levado à falência virtual, mercê basicamente de créditos aplicados e não recebidos.

Esses 7 bilhões de reais referidos pela Dr. Tereza Grossi poderiam ser destacados do seguinte modo: 1 bilhão, 375 milhões de reais em créditos em liquidação não contabilizados pelo Banco do Nordeste; 425 milhões, de provisões trabalhistas e cíveis, também não contabilizadas; 300 milhões, de perdas do FNE, apenas de operações, referentes a dezembro de 98 a julho de 2001. Esse montante, referido nas notas explicativas do Banco, no balanço de junho de 2001, soma 2 bilhões e 100 milhões de reais.

Ora, há uma primeira surpresa. Hoje, o valor solicitado já é de 2 bilhões, 556 milhões de reais, sem qualquer justificativa sobre essa diferença. A diferença entre



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

esses 2 bilhões e 100 milhões de reais, ou 2,5 bilhões para os 7 bilhões referidos pela Diretora, são perdas do Fundo Constitucional, do FNE, até novembro de 1998.

Pela Medida Provisória nº 2.196, essas perdas ficam no FNE, porque essa medida provisória, ainda não votada no Congresso, desobriga o Banco, em relação ao risco de todas aquelas operações. Entretanto, o Banco do Nordeste até hoje não deu qualquer número oficial sobre esse valor e as perdas do FNE. O BASA e o Banco do Brasil apresentaram esses números. Nos seus balanços, estão contidas as notas explicativas dos mesmos.

Além desses 7 bilhões de reais, Sr. Presidente, há mais 2,3 bilhões de reais, levadas à despesa nos demonstrativos financeiros do Banco do Nordeste. E isso nos leva a outra grave questão, talvez a mais importante neste momento.

Essa grave questão a que vou me referir é conhecida pelo Banco Central que, por omissão, não adotou medidas. E também foi atestada pelos auditores independentes em nota explicativa no balanço de junho de 2001.

Qual é essa questão? É que os balanços escondem a real situação do Banco do Nordeste. O Banco do Nordeste tem um patrimônio líquido negativo, ou seja, um passivo a descoberto da ordem de 2 bilhões e 556 milhões de reais. Entretanto, em desrespeito à sociedade e aos acionistas, já é uma sociedade de capital aberto, o BNB apresenta um PL positivo de 1,1 bilhão. Seria o caso de se perguntar: ora, se o Banco tem um PL positivo de 1,1 bilhão de reais, para que esse aumento de capital? Se ele já está positivo, não tem o que sanear! Então, isso é um desrespeito completo às leis e às determinações do Banco Central.

O Banco Central diz isso em documentos, em ação popular movida contra o Sr. Byron Queiroz e o Banco do Nordeste, e não foi registrado. Ainda por conta disso, o



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Banco do Nordeste vem ao Governo e ao Congresso Nacional solicitar aumento de capital, todavia faz distribuição fictícia de dividendos durante toda essa gestão.

Ora, como é que em junho de 2001 e no exercício de 2000 distribui dividendos e agora vem solicitar recursos para sanear suas contas? Se ele tinha um problema, não deveria distribuir dividendos. Além disso, paga impostos sobre lucros absolutamente fictícios, ou, se não são fictícios, não há necessidade de saneamento.

É de se perguntar: por que o Banco do Nordeste continua operando com essa situação de passivo descoberto? Por uma razão simples, porque grande parcela dos recursos que ele recebe dos fundos constitucionais não são completamente aplicados, são utilizados para cobertura de despesas e outras questões. Isto pode ser comprovado em documentos do Ministério da Integração Nacional.

Por fim, é bom que fique registrado que o Nordeste, uma região já sofrida, é que perde com esse posicionamento. Esses 9 bilhões e 300 milhões de reais — ou os 7 bilhões, citados pela Dra. Tereza Grossi — poderiam e deveriam estar sendo reaplicados no desenvolvimento do Nordeste, entretanto, simplesmente foram entregues aos primeiros tomadores, que não os devolveram, impedindo novas aplicações. E o Banco do Nordeste, sem explicar a causa de tais prejuízos, vem ao Congresso solicitar novos recursos.

Logicamente, nossa posição de nordestino, entendendo que a região é pobre e precisa de recursos, é de que deve ser aprovado o PL nº 028 no que tange ao Banco do Nordeste. Contudo, gostaríamos de solicitar a esta Casa que aprove salvaguardas, para que não ocorra com esse recurso o mesmo que ocorreu com os anteriores.

Damos exemplos disso: de dezembro de 1998 a junho de 2001, foi aplicado, pelo Fundo Constitucional — conforme notas explicativas do balanço de 2001 — 1,5 bilhão de reais. Dessas aplicações, em dois anos, portanto, já há perdas de 600



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

milhões de reais. Portanto, 40% dessas aplicações já estão como créditos de liquidação duvidosa.

Estou afirmando isso porque, parte dessa perda, ou seja, 50%, são 300 milhões de reais, arrolados naquela conta que pede os 2,1 bilhões de reais. Além disso, a Austin Asis, quando classifica o BNB como pior entre os bancos públicos, o faz com base na publicação do balanço fraudado a que estou me referindo, não com base numa situação real, porque essa real situação não é apurada.

Por outro lado, no balanço nas notas explicativas e na divulgação desse projeto de saneamento dos bancos públicos, tanto as autoridades do Governo, quanto o Banco do Nordeste afirmam que se aplicarão regras de governança corporativa e transparência para o recebimento desses novos recursos. Entretanto, os registros patrimoniais não foram regularizados. O Banco continua com o patrimônio líquido de 1,1 bilhão de reais. Ademais, continua apurando lucros mensais de 2 milhões ao mês — e isso está à disposição no SISBACEN.

Atenção, isso não é média, isso é algo extremamente difícil em contabilidade, mas se consegue que as receitas e as despesas variem exatamente igual todo mês. Antes desse processo, no ano 2000, esse lucro era 4 milhões de reais por mês. No último mês do semestre, esse número explodia para cima ou para baixo para fazer ajuste de lucro.

Além disso, foi eleito como Diretor de Controle nesse processo de governança corporativa, o Superintendente Financeiro que assinou todos esses balanços sob suspeita. A nota explicativa diz assim: “O Banco Central recomendou que se fizesse mais 1 bilhão e 300...”. E não foi feito, num desrespeito às leis. O BNB, além disso, não deu a conhecer publicamente qualquer alteração em seus procedimentos de aprovação de crédito ou de cobrança das perdas.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Portanto, com esse quadro, sem que o Congresso imponha salvaguardas, esses recursos irão para o Banco, e ocorrerá o mesmo que aconteceu com os 7 bilhões de reais perdidos, referidos pela Diretora do Banco Central.

Desse modo, gostaria de propor algumas salvaguardas: primeiro, que se apurem as responsabilidades do destino desses 7 bilhões de reais. Sobre isso já existem investigações nos Ministérios Públicos de Fortaleza, Rio de Janeiro e Brasília; dez processos no Tribunal de Contas da União; processos na Secretaria de Previdência Complementar e inspeção no Banco Central do Brasil.

Nesse caso, sugiro que se acate a sugestão do Deputado José Pimentel, de que esse aumento de capital seja aprovado, mas que a liberação dos recursos se condicione a que se apurem todas essas responsabilidades. Ademais, seria interessante que se restaurasse a verdade dos fatos. Portanto, que haja uma recomendação de que a liberação dos recursos seja feita até 2 bilhões e 556 milhões de reais, limitados à diferença entre este valor e o patrimônio líquido apurado no dia 31 de dezembro de 2001, 1,1 bilhão de reais, que já é o patrimônio líquido de hoje. Portanto, se o patrimônio líquido continuar de 1,1 bilhão não precisa de saneamento. De modo que a sociedade possa ver publicada a real situação do BNB, segundo a Lei nº 6.404, Lei das Sociedades Anônimas.

Além disso, que se coloque um dispositivo recomendando que a liberação dos recursos só seja realizada após pareceres do Banco Central do Brasil e da Secretária de Previdência Complementar, atestando a regularidade de todas as provisões previstas na legislação bancária, especificamente relativas a crédito de liquidação duvidosa, pendências trabalhistas, previdenciárias, fiscais, judiciais e administrativas. Creio que esse valor não é bastante para o saneamento do BNB; ainda existem outras provisões ocultas não realizadas, por exemplo, referentes a créditos tributários.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Por fim, achamos que uma das razões pelas quais se pôde passar tanto tempo fraudando o balanço é que a contabilidade do FNE, principal causa desse prejuízo todo, não é examinada pelo Banco Central, por ser ele um fundo à parte.

Gostaria então de propor que se estabelecesse que a contabilidade do FNE, já que trata de empréstimos, seja doravante executada na forma da contabilidade bancária, sujeita a todas as suas regras, ficando sujeita inclusive à fiscalização do Banco Central, sem prejuízo, é claro, das competências atribuídas a outros órgãos.

Eram essas as minhas considerações. Termino frisando que é extremamente constrangedor um ex-funcionário do Banco, ex-Superintendente Financeiro do Banco, trazer à Nação assuntos desse porte, mas, entendemos que se trata de dilapidação do patrimônio público. O Banco do Nordeste está reportando perdas da ordem de 9 bilhões de reais.

Só para os senhores terem uma idéia, as perdas do Banco do Brasil, quando foi saneado em 1995, foram da ordem de 12 bilhões de reais. E estamos nos referindo só ao Banco do Nordeste. É um valor pequeno na constelação do País como um todo, mas, para o Nordeste, são recursos extremamente valiosos que, se corretamente aplicados, se recebidos de volta e reaplicados, melhorariam muito as condições daquela Região.

Muito obrigado. Fico à disposição para o debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado.

Antes de passar a palavra ao autor do requerimento, quero avisar que o livro para a nossa reunião das 18h30min já se encontra recebendo assinaturas. Anuncio também aos demais Parlamentares que a lista de inscrições já se encontra sobre a mesa.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Passo a palavra agora ao primeiro debatedor, o autor do requerimento, Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sr. Expositor, Sras. e Srs. Deputados, quero começar registrando que esta audiência pública é de suma importância para que a Casa possa votar conscientemente a concessão da ampliação do capital social do BNB, no valor de 2 bilhões e 556 milhões de reais.

A Casa tem tido um cuidado muito grande no aporte de recursos, na fiscalização do Orçamento Geral da União, na concessão de empréstimos, e hoje todos estamos fazendo um grande debate sobre a necessidade do reajuste do salário mínimo, que vamos elevar de 180, segundo o Executivo, para 189 reais. O nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, pretende fixá-lo em 220 reais.

Os líderes do Governo e o próprio Executivo declaram que é impossível reajustar o salário mínimo porque não há recursos, ao mesmo tempo, o Ministro do Planejamento, que é o Presidente do Conselho de Administração do BNB, resolve encaminhar para a Casa um projeto de lei solicitando um aporte de 2 bilhões, 556 milhões de reais — o valor equivalente ao que o Brasil desembolsaria com o reajuste do salário mínimo, que contemplará 14 milhões de aposentados e pensionistas, além de outros segmentos da sociedade. Temos então noção do volume de recursos que estamos abordando nesta reunião.

Adendo também a exposição da Dra. Tereza Grossi, que, no dia 27 de setembro, a nosso convite, esteve na Comissão Mista do Orçamento para discutir a questão dos bancos públicos oficiais federais. S.Sa. disse que o prejuízo constante no balanço do BNB e nos aportes a serem feitos é da ordem de 7 bilhões de reais. Esta declaração é da Diretora de Fiscalização do Banco Central!



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Mais ainda: analisando o próprio balanço e uma série de outros documentos, chegamos à conclusão de que o aporte de recursos e a situação do Banco é vexatória. Só para V.Exa. ter uma idéia, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, no Processo nº 16.387, de 1999, que analisa o patrimônio líquido do Fundo Constitucional — que é um repasse feito a cada dez dias pelo Tesouro ao Banco —, declara que, até junho de 1999, o patrimônio líquido do Fundo deveria ser de 12 bilhões e 510 milhões de reais, atualizados pelas taxas regulares do Banco Central. Diz ele que o patrimônio líquido do Fundo Constitucional, naquele momento, era da ordem de 5,93 bilhões de reais, representando apenas 47,46% do montante de recursos que o Tesouro repassou de 1989 até junho de 1999.

Em seguida, vem a Medida Provisória nº 2.196, que determina que o risco de todas as operações realizadas com o FNE até novembro de 1998 é do Tesouro. Em outras palavras, se não receber, a Nação brasileira vai cobrir este montante de recursos aqui está consignado. Mais ainda, determina que, a partir daquele momento, o prejuízo é 50% do Tesouro e 50% do Banco, e as operações feitas de dezembro de 1998 até junho de 2001, que somam 1,5 bilhão de reais, têm 600 milhões já lançados como prejuízo, operações com curto prazo de tempo, numa clara demonstração de que foram feitas sem se observar as normas bancárias e a boa técnica, dando prejuízo a uma região tão sofrida.

Como sou daqueles que não querem que, no dia de amanhã, apareça um novo Presidente e, no dia seguinte à posse, após uma taça de champanhe, venha a extinguir o BNB — como fizeram com o DNOCS, em 4 de janeiro de 1999, com a SUDENE, em maio de 2001, para acobertar os ladrões do FINOR —, quero fazer esse debate, para que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira possam salvar e recuperar esse banco de suma importância.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Queria também registrar, Sr. Presidente, que o balanço do Banco desde junho de 2000 está sendo regularmente fraudado. Quem diz isso não somos nós, são os auditores independentes. O Tribunal de Contas da União também está analisando essa fraude no balanço. Mais ainda, foi ajuizado um mandado de segurança junto à Comissão de Valores Imobiliários no Rio de Janeiro, para obrigar a republicação do balanço. O Ministério Público Federal acolheu-o e aguarda mais dados repassados pelo Banco Central para fazer isso.

É muito triste vermos uma empresa de auditoria independente — contratada pelo próprio Banco Central para analisar a boa governância dos bancos públicos sociais federais do País — enquadrar o nosso BNB como pior banco em gestão nos últimos tempos. Essa auditoria foi publicada em novembro de 2001.

E dentro deste contexto, a Casa pretende votar um aporte de 2,56 bilhões de reais, que, segundo os auditores independentes, deveria ser de apenas 2,1 bilhão de reais. Esse mesmo valor consta no acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional em agosto de 2001, que já foi objeto de audiência pública nesta Comissão Mista de Orçamento. O mais grave é que os valores, que deveriam estar no balanço, infelizmente, até hoje, não constam. Como o expositor é também professor universitário de economia, pergunto se na técnica de contabilidade ou em qualquer sistema é permitido que auditores independentes façam tantas salvaguardas em um balanço, e também se, à luz dos estudos realizados por S.Sa., ele efetivamente necessita ser republicado ou se é aceitável em sua atual forma.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO** - Do ponto de vista legal, as notas explicativas que o Banco Central e o CVN estão considerando transparentes, que demonstram as perdas, não são aceitas, porque o patrimônio líquido continua sendo de 1,1 bilhão. Na realidade a empresa tem de contabilizar, fazer lançamento em débito ou



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

crédito, de quaisquer contas. As notas explicativas são, como o nome diz, explicações de lançamentos desse tipo. Isso é dito pela lei.

O direito referido nisso, que está sendo examinado pelo Ministério Público de Fortaleza, pode citar os arts. 4º, inciso XII, e 31 da Lei nº 4.595, os arts. 153, 176, §§ 4º e 5º, e 177 da Lei nº 6.404 e o art. 37 da Constituição Federal. Todas essas leis tipificam como crime sonegar informações. O fato de dizer em nota explicativa não elide o crime. Por quê? Porque foi distribuído dividendo, por exemplo. Foi lesivo aos acionistas o fato de a administração ter declarado um patrimônio líquido positivo, lucro fictício, e, com isso, ter distribuído dividendos e pago impostos. Isso lesa o patrimônio da empresa. É claro que, por se tratar de sociedade de economia mista, a questão dos impostos torna-se esquisita, porque eles são pagos ao Governo, que os devolve na forma de aumento de capital.

É interessante entender por que esses registros não foram feitos. A inadimplência é natural da atividade bancária, o que não é natural é beirar 40%, 36% e não ser, de forma nenhuma, referida.

Sobre a desobrigação do risco do FNE, nada foi dito pelo BNB. O BASA refere-se ao seu valor de 1 bilhão 342 milhões, na Internet. O Banco do Brasil refere-se, em nota de fato relevante, ao valor de 695 milhões. Só o Banco do Nordeste não cita nada publicamente sobre esse valor. Quanto é que se perdeu do FNE, que foi desobrigado do risco, que continua como operações fictícias no ativo do FNE?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Sr. Expositor, é praxe da Diretoria do BNB declarar que todas irregularidades são operações realizadas anteriormente à gestão de 1995? Como essa questão de números é bastante complicada para nós, pergunto se o senhor tem algum dado sobre isso e se poderia nos ajudar a esclarecer se efetivamente essas irregularidades são resultantes de operações anteriores a 1995



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

ou se parcelas delas são da atual gestão? Adianto-lhe que, no caso concreto do FNE, a própria nota explicativa informa que 600 milhões das operações realizadas a partir de dezembro de 1998, no valor de 1,5 bilhão de reais, estão sendo jogados na lata do lixo, porque as operações foram realizadas sem observância da técnica bancária. Como a carteira é composta também de operações com capital próprio, pergunto a V.Sa. se tem alguma informação sobre essa matéria.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO** - Em princípio, o fato de uma operação ter sido realizada em 1995, 1994 ou 1993, não elide a responsabilidade do administrador seguinte sobre todos os procedimentos de cobranças, de remessa dessas operações para cobrança judicial, de execução judicial. Não temos informação se isso foi feito. Todavia, restringindo-se aos números, o saldo dos empréstimos do BNB em sua carteira própria eram, em 30 de junho de 1995, três meses após a entrada dessa administração, de 1 bilhão 906 milhões. Ora, já foram lançados, como crédito em liquidação desta data até hoje, 2 bilhões e 300 milhões. Além disso, há 1 bilhão e 400 milhões, em números redondos, a serem lançados. Isso significa que nós temos perdas, só na carteira própria, da ordem de 3,6 ou 3,8 bilhões. Se o saldo era de 1 bilhão e 906 milhões, admitindo-se que nada daquele saldo tenha sido pago, que houve uma inadimplência de 100% daquele saldo, mesmo assim, cerca de 2 bilhões dessas perdas foram gerados em operações realizadas nessa gestão.

Com certeza, grande parte dessas operações foram realizadas com os mesmos tomadores anteriores a 1995, porque, no Nordeste, não apareceram novos grupos econômicos capazes de tomar 2 ou 3 bilhões de reais de empréstimo, nesse curto intervalo de tempo, que antes já não fossem clientes do Banco do Nordeste e do FNE.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Tem a palavra o Sr. Deputado Manoel Salviano.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que o expositor, que é conhecedor da história do Banco do Nordeste, fizesse-nos um relato da administração a partir de 1989, para que possamos acompanhar seu raciocínio e que nos informasse se esse aumento de capital é significativo para a sobrevivência e para o desenvolvimento do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – O último inscrito é o Deputado Manoel Salviano Indago dos demais Parlamentares presentes se gostariam de fazer algum questionamento? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira questionar, tem a palavra o nosso convidado para responder à questão e fazer suas considerações finais.

**O SR. ANTÔNIO CARLOS DIAS COELHO** – Respondendo à última pergunta, não só esses recursos, como quaisquer outros são necessários para o desenvolvimento do Nordeste. Entretanto, se forem entregues ao Banco do Nordeste para serem administrados na forma da atual administração, sem salvaguardas do Banco Central, sem cuidados na concessão dos créditos e na execução judicial dos não recebidos, se não forem aplicados preceitos de boa técnica bancária, esses recursos serão prejudiciais ao Nordeste, porque simplesmente fomentam a concentração de renda naquela região. Esses recursos estão sendo entregues a alguns empresários, que não consigo citá-los. Por causa do sigilo bancário não temos conhecimento deles. Mas os recursos não são aplicados como deveriam ser. Como já disse, mas gostaria de corroborar, a lógica do fundo constitucional — e eu estava no banco quando tecnicamente se discutia isso — é que não fosse capital próprio, mas capital para empréstimo, de sorte que se pudesse favorecer a muitas e muitas e muitas empresas pelo retorno e pela capitalização. Mas, primeiro, esses recursos não foram capitalizados. Foram recebidos 12 bilhões e hoje se tem patrimônio de 7 bilhões. E,



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

segundo, não foi recebido. Nesses 7 bilhões estão cerca de 3 ou 4 — cálculo aproximado meu — que são ativos fictícios e que, pela legislação bancária, já deveriam ter sido lançados como CL, desobrigados agora pela MP nº 2.197.

Quanto ao histórico do Banco, de 1989 até esta gestão, não tenho muita informação. Primeiro, porque saí do banco em 1991 e fui ser Diretor-Financeiro do Banco do Estado do Ceará e, em seguida, Presidente. Mas até o momento em que saí, todos os balanços do Banco reportavam, pelo que eu conhecia, a real situação do Banco do Nordeste naqueles momentos, embora a responsabilidade não seja minha, mas da diretoria, e eu não era diretor, mas funcionário.

Após esse momento, não tenho uma grande participação na análise do Banco, até porque estava no BEC. Após a minha saída foi que, examinando os balanços e alertado por outros analistas — o posicionamento que exponho aqui é também o da Austin Asis e de todos os analistas de mercado de capitais, porque banco é analisado por mercado de capitais —, começou a se demonstrar essa situação.

Embora tenha respondido ao Deputado José Pimentel que há operações que geraram créditos em liquidação nesta gestão, não posso afirmar peremptoriamente as causas. Acho que as causas devem ser buscadas na inspeção do Banco Central. O Banco Central entregou essa inspeção, a pedido da Justiça, do Ministério Público do Distrito Federal, numa ação popular e solicitou segredo de justiça, para que não se tenha acesso a ela. Quanto aos 10 processos no TCU, independentemente do julgamento final que tenha sido dado por aquele Tribunal, é interessante ver tudo o que os técnicos dizem sobre eles, porque os técnicos, sim, fizeram uma análise lá de dentro. Toda minha análise é baseada nos balanços e demonstrativos financeiros, não tenho qualquer acesso a informações internas do Banco do Nordeste. Não me é permitido isso.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Não havendo mais Srs. Deputados que queiram fazer questionamentos, agradeço ao Sr. Antônio Carlos Dias Coelho pelos esclarecimentos aqui prestados e encerro a primeira parte desta nossa audiência pública. Quero agradecê-lo inclusive pelo rigoroso cumprimento do horário, são exatamente 15h40.

Passamos à segunda parte da nossa audiência pública. Para tanto, convido o Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, para fazer parte da nossa Mesa.

Esclareço aos nobres Srs. Deputados que temos aberto o nosso livro de presença para a nossa reunião ordinária de hoje, às 18h30, e que a folha de inscrições para o debate já se encontra aberta. O autor do projeto, Deputado José Pimentel, está automaticamente inscrito em primeiro lugar e, em segundo, o Deputado Gonzaga Patriota.

Concedo a palavra ao Sr. Byron Costa de Queiroz, que disporá de 20 minutos para suas considerações iniciais.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minhas palavras iniciais são para agradecer o atencioso gesto dessa Comissão, em nome do Presidente, Senador Carlos Bezerra, que com muita presteza possibilitou esta nossa vinda, a partir da necessidade surgida na reunião do Congresso, na última quarta-feira. Portanto, aqui estamos com satisfação para prestar os esclarecimentos necessários.

Entendemos que para uma abordagem adequada sobre o Banco do Nordeste temos de encarar quatro aspectos fundamentais: os antecedentes da atuação do Banco do Nordeste, desde a sua criação até 1994 (período que compreendeu o plano de estabilização do Governo Federal); em seguida, o processo de mudanças e de



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

ajustes que passamos a empreender, a partir de 1995; o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, no qual está incluído o Banco do Nordeste, que é objeto do projeto de lei que está em votação no Congresso Nacional e, por fim, algumas prospecções sobre o futuro do Banco e o que podemos esperar da instituição a partir daí.

Com relação aos antecedentes, efetivamente ninguém pode negar a importância do Banco do Nordeste ao longo dos anos, desde a sua criação pelo Presidente Raul Barbosa, em 1952, com a grande ênfase, na década de 60 e na primeira metade da década de 70, tanto com a participação efetiva na concepção de políticas para o desenvolvimento da região, a partir de uma equipe bem treinada e, acima de tudo, comprometida em dar ao Banco uma finalidade além daquela restrita à concessão de financiamentos, no pensar da região, enfim, no sentido de, em parceria com o governo dos Estados, efetivamente, contribuir para as ações voltadas para o desenvolvimento como um todo.

A partir da segunda metade da década de 70, com o início do processo inflacionário... A inflação causa um mal tremendo aos mais necessitados e privilegia alguns poucos, que se aproveitam dela; mas efetivamente é um mal para todos, sob qualquer visão, e leva a uma questão lamentável, do ponto de vista da forma com que os administradores encaram a condução das instituições, sejam privadas ou públicas. Vamos tratar aqui da questão do Banco do Nordeste no sentido público.

A inflação passa a ser um elemento de remuneração e, a partir daí, há um afrouxamento bastante significativo na forma de condução. A inflação privilegia; passa-se a usar artifícios, acreditando que o processo de remuneração, oriundo dos artifícios da inflação, é eterno, e não se toma um conjunto de providências para o futuro, posto que a inflação não pode eternizar-se, porque seria o fim de uma sociedade.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

O Banco do Nordeste, a par de todas as considerações positivas a que me referi, foi bastante beneficiado pela inflação. E, obviamente, houve um certo torpor no seu conjunto de administradores e funcionários para encarar essa questão. A partir daí, houve um conjunto de privilégios, coberto pela inflação; concentração exagerada de funcionários na direção-geral; investimentos em prédios, em ativos fixos, fora da finalidade do Banco; regalias salariais e extra-salariais; generalizações no processo de remuneração; muita benevolência na formação da caixa de previdência, com promessas — sendo uma previdência privada — acima do que era possível ser feito, enfim, um conjunto de distorções que, obviamente, iriam repercutir no futuro do banco.

A inflação da qual se beneficiavam alguns poucos clientes era a mesma que também prejudicava grande quantidade de clientes. Sendo o Banco uma instituição que atua a longo prazo, a partir da consideração de que os investimentos tinham imprevisibilidade num momento inflacionário, os custos incorridos sobre a implantação dos empreendimentos eram extremamente mais elevados do que a capacidade de mobilização dos recursos, que em geral não acompanham a inflação, com financiamentos comprometidos. A partir daí, as empresas que estavam em processo de implantação ficavam numa situação de prévia iliquidez; as implantadas, que se aproveitavam da implantação, obviamente isso não durava pouco. Quando veio o período de estabilidade, a consequência foi danosa, drástica.

Assim, queremos tratar aqui exatamente do quadro que encontramos no período de estabilização, tanto sobre o efeito da estabilidade sobre as contas do Banco, como as repercussões da estabilidade sobre as empresas clientes do Banco — aquelas que haviam tomado empréstimos e que efetivamente passavam a viver com outros paradigmas para administrar as suas operações e os seus ativos.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

A partir de 1995, primeiro ano da estabilização — que teve início em julho de 1994, como todos sabemos —, tivemos de fazer um grande questionamento no Banco e uma grande revisão de posturas e mudança de paradigmas. A primeira grande pergunta foi a utilidade e a necessidade do Banco. É necessário e útil uma instituição como o Banco do Nordeste? Essa pergunta precisa ser respondida de maneira bem clara. Claro que sim, se analisarmos pela lógica de quem pensa no desenvolvimento e, acima de tudo, na capacidade financeira do desenvolvimento e nas distorções e disparidades que contemplam o Nordeste em relação às regiões mais desenvolvidas do País e aos países mais avançados.

Apesar da grande resposta que o Nordeste deu no período de 1960 até 1995, a que estou me referindo, muito dessa evolução se deu a partir do próprio Banco e de outros instrumentos, como incentivos fiscais. Mas a distância que a separava e ainda a separa é extremamente grande, sobretudo quanto aos indicadores sociais e econômicos — de que decorrem também os sociais — enfim, de um conjunto de outros indicadores que têm a ver com a qualidade de vida e o estado de satisfação da sociedade como um todo.

Foi preciso levar adiante a resposta da utilidade do Banco, que era patente. O setor financeiro privado não tem interesse nem condições de financiar, sobretudo aqueles mais necessitados. É preciso existir bancos com as características do Banco do Nordeste, sobretudo voltados para a atividade de fomento e financiamento a longo prazo.

Vou dar um número aos Srs. Membros dessa Comissão. No ano de 2000, quando foi fechado o último exercício fiscal do sistema financeiro a que me refiro, temos presente que os ativos do sistema financeiro privado nacional só são disponibilizados em cerca de 28 a 29% para aplicações de crédito, enquanto o restante



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

é voltado para aplicações de tesouraria. Se tomarmos os bancos internacionais, esse percentual é ainda inferior, ficando por volta de 25, 26%. Se contemplarmos neste número os financiamentos a longo prazo, que são os que efetivamente concorrem para a expansão da atividade econômica, para a indução do investimento, enfim, para o crescimento econômico, vamos ver nos nacionais um número em torno de 12% e nos estrangeiros em torno de 10%.

Efetivamente, está provada a utilidade e a necessidade de um banco, como o Banco do Nordeste, para cumprir o papel de financiar a região. Obviamente que esse raciocínio vale para outras regiões, como vale para o País. Essa discussão de achar que o sistema privado por si só atende o processo de financiamento da região é completamente equivocada. Está provado que é preciso existir o sistema público de financiamento, atuando, obviamente, de maneira adequada.

A partir dessa necessidade, fizemos a seguinte pergunta: “Quem é o cliente do Banco do Nordeste?” É uma discussão com a sociedade, funcionários, técnicos e dirigentes do Banco, e permeando também as discussões no âmbito do governo.

O cliente do Banco do Nordeste, necessariamente, tem de ser um empreendedor. Dentro do Banco do Nordeste, não é o simples tomador de cartão de crédito, de cheque especial, o aplicador ou o correntista. Pode até ser, mas não é o cliente preferencial do Banco do Nordeste. Extensivamente ao cliente de longo prazo, ao cliente que empreende, ao tomador de recursos que gera emprego e renda, que agrega valor à sociedade e à economia, a partir desse conceito ele pode ser cliente, mas a mensuração da clientela do Banco tem de ser a partir do empreendedorismo. Essa questão ficou clara com a sociedade e internamente no Banco do Nordeste.

A partir daí, fomos ver como conduzir esse novo momento do Banco do Nordeste, com a definição muito clara de quem era o seu cliente. O Banco do Nordeste



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

tem de se movimentar em que direção? Primeiro, deve focar suas ações nesse cliente, que é o agente produtivo da região; voltar-se essencialmente para esse cliente, como prioritário e essencial de sua ação. Foi o primeiro grande foco de seu direcionamento.

O segundo grande foco do direcionamento foi mobilizar e ampliar as parcerias e relações sociopolíticas e institucionais, ou seja, todo o conjunto de parceiros do setor público e da área privada, obviamente como essência da própria existência do Banco, do setor paraestatal e da sociedade organizada como um todo — organismos nacionais e internacionais de toda ordem — para empreenderem, em conjunto com o Banco, uma relação de complementariedade, o conjunto de variáveis que efetivamente definirá o nível de competitividade do espaço onde o Banco atua e, acima de tudo, o grau de sucesso dos empreendimentos. Estes precisam contar com variáveis mínimas para que os créditos possam efetivamente ser concedidos, a partir da expectativa de retorno, quanto aos objetivos das empresas e, acima de tudo, também do retorno dos capitais disponibilizados pelo sistema financeiro, no caso, pelo Banco do Nordeste.

Então, o Banco tem de cuidar, a partir dessas parcerias, de questões antecedentes ao crédito. Tem de cuidar das infra-estruturas, da tecnologia das empresas, do ambiente onde atua, da capacitação, da organização, da produção e da comercialização, enfim, ser pró-ativo. O Banco não pode, como instituição pública que é, negar o crédito simplesmente pela comodidade de alegar que não existem condições, em determinado espaço geográfico onde atua, e vamos simplificar, em determinado Município, como célula essencial da democracia, da cidadania. O Banco não pode simplesmente negar o crédito pela explicação simplória de que não existem essas condições. Obviamente, o Banco não pode disponibilizar o crédito sem a existência dessas condições; seria jogar dinheiro fora, no ralo. Mas ele tem de ser pró-ativo no sentido de fazer com que essas condições sejam disponibilizadas. E, aí, ele



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

tem de ter presença local. Tem de efetivamente atuar localmente, com uma visão global e de integração inter-regional, nacional e global, mas com atuação fortemente local para que insira, sobretudo tratando dos micro e pequenos, uma quantidade importante de produtores que estão completamente à margem do processo.

O Banco adotou um conjunto de instrumentos e, obviamente, cuidou, em um primeiro momento, de sanear uma série de distorções que tinham a ver com aquelas regalias que, no meu entendimento, eram bastantes favorecidas, possibilitadas e estimuladas pela própria inflação.

Relocação de pessoal.

Em um quadro com um pouco mais de 4 mil funcionários, atuando em mais de 1.900 Municípios, o Banco mantinha na sua sede 1.562 funcionários, um percentual de cerca de 30% de todo o seu quadro de pessoal. Tivemos de fazer um ajuste importante nessa área, deslocamos da direção geral para as agências, sem demissão, um contingente superior a 1 mil e 200 pessoas. Em todas as agências das capitais do Nordeste também havia excesso de pessoal. Cerca de 500 pessoas tiveram de ser deslocadas de forma paralela, com um processo importante de treinamento, de capacitação, de requalificação profissional e de vislumbre de novas tarefas para o Banco a partir da concepção de que ele tem de atuar localmente.

A partir dessas transferências foram criados instrumentos importantes para que pudéssemos fazer com que essa presença fosse efetiva. Cito como alguns desses instrumentos os agentes de desenvolvimento, um funcionário do Banco treinado para atuar em um Município no sentido não de dar o crédito, mas de fazer as articulações, as mobilizações, enfim, configurar a presença local do Banco a partir da indução do processo de desenvolvimento na busca das parcerias.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Obviamente, esse agente, que é um líder, tem de ter a sua ação voltada para o caráter pró-ativo, a fim de reunir as entidades institucionais do poder público ou privado, as associações de classe e, a partir daí, induzir o processo de formação de crédito.

Dando seqüência à ação do agente de desenvolvimento, criamos a figura de uma agência itinerante, uma agência móvel. O Banco tem 170 agências na região com uma atuação extraordinária de mais de 4 mil presenças por mês nesse processo de agências itinerantes. Em face disso, criamos uma figura chamada Farol do Desenvolvimento, que é o ambiente do Banco onde as discussões podem ser mais ordenadas. O agente de desenvolvimento é o Secretário Executivo, que realiza reuniões a cada dois meses com ata, com agenda de compromisso, com cada um dos parceiros — prefeitos, órgãos estaduais instalados no Município, universidades, associações empresariais, enfim, representantes da sociedade privada —, no sentido de que as ações, as variáveis antecedentes a que me referi ao crédito, de infraestrutura, de capacitação, de tecnologia, possam ser providas e o crédito possa acontecer.

Além disso, do ponto de vista de um conjunto de Municípios que chamamos de mesorregião, ações estruturadas para um conjunto de atividades: os pólos de desenvolvimento integrado, os pólos de turismo, os pólos de desenvolvimento integrado da fruticultura, os grãos, dependendo da vocação, as bacias leiteiras, um conjunto de ações estruturadas que contemplem um conjunto de Municípios que formam uma mesorregião com características diferenciadas.

A partir de tudo isso, os resultados dessa ação orgânica são gratificantes. Como primeiro exemplo, a quantidade de clientes do Banco. Nobre Deputado Virgílio Guimarães, em 1995 o Banco tinha 46 mil clientes nesse perfil de agentes produtivos.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Atualmente tem 1 milhão, 252 mil clientes. Desse total, no calor de uma crítica não pensada, costuma-se dizer que é por causa do microcrédito, que também é muito importante. Mas esclareço que desses 1 milhão, 252 mil clientes só 100 mil são clientes de microcrédito. Esses 1 milhão, 152 mil são clientes de longo prazo, clientes empreendedores que foram incorporados ao Banco a partir dessas ações. São, efetivamente, resultados expressivos.

Outro resultado para o qual chamo a atenção é o da quantidade de financiamentos a cada ano. Em 1994, o Banco disponibilizava em toda a região 27 mil financiamentos, período antecedente a esse processo de reestruturação a que nos referimos, passou para um patamar de 470 e chegou a atingir 500 mil. Estamos trabalhando neste ano de 2001, e até outubro vamos para quase 360 mil, patamar superior a 400 mil financiamentos. Tanto a quantidade de cliente, como o aumento de financiamentos significa desconcentração, significa aumento da sua capacidade de atender aquele...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - O tempo de V.Sa. já está esgotado, porém, concederei mais 5 minutos para que conclua.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Obrigado, Sr. Presidente.

O Banco tem clientes pequenos, médios e grandes, não tem preconceito com clientes grandes, mas, efetivamente, chegou à conclusão de que a sua preocupação essencial tem de ser com o micro e o pequeno, que são aqueles que não têm acesso ao sistema financeiro organizado, não têm preparo e precisam ser capacitados e inseridos no processo.

O nosso perfil, de 1995 a outubro de 2001, representa hoje o pequeno com 91%, o médio com 7% e o grande com 2%. Exatamente atendimento disseminado.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Outro dado importante que precisa ser bastante ressaltado e que configura, necessariamente, a importância do Banco e confirma a minha observação de que o sistema financeiro privado não se interessa pela participação disseminada, diluída de aplicação de crédito, é a participação do Banco no conjunto de financiamentos da região Nordeste. São dados do SISBACEN, do Banco Central.

Então, de todos os financiamentos do Nordeste, em 1994 o Banco participava com 34,5%, hoje 77% dos financiamentos bancários são disponibilizados pelo Banco do Nordeste. Obviamente, alguns Estados contemplam até valores maiores do que esses.

Outro dado interessante é o valor médio dos financiamentos. Em 1994, a média de financiamento concedido era de 112 mil. Chegamos ao patamar de 5 mil e 300, 7 mil e 300, hoje, estamos por volta de 19 mil, devido a alguns investimentos realizados neste ano na área industrial. Essa média não comprometeu o processo de disseminação no micro e no pequeno.

Uma outra variável importante de se destacar são as despesas do Banco. Saímos de um patamar, em valores corrigidos pelo IGPDI, em 94, de 929 milhões de despesas para um patamar, em 2000, de 498 e de 397 até outubro de 2001, ou seja, um grande ajuste do ponto de vista de despesas empreendidas nesse período, onde a despesa de pessoal teve de ser bastante contemplada. Tínhamos 799 mil a valores corrigidos, estamos no patamar de 301, em 2000, e até outubro 216 mil de despesa com pessoal, sem demissões. Estamos tendo o cuidado de tirar vantagens que eram generalizadas, distorções na curva salarial, secretárias ganhando mais do que superintendentes do banco, em todas as agências funcionários de nível administrativo operativo ganhando mais do que gerente de banco. Foi um processo importante de



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

requalificação, implicando redução das despesas. As despesas administrativas, como um todo, caíram e as despesas de pessoal dentro das despesas administrativas.

O ajuste da caixa de previdência foi algo necessário e tem sido objeto de bastante exploração. Houve consciência de que o Banco não poderia ser engolido pela caixa de previdência e os próprios beneficiários não poderiam ter a expectativa da sua vida reduzida porque, pelo déficit, a caixa de previdência poderia ter, efetivamente, uma duração extremamente limitada.

Ao assumirmos o Banco encontramos um déficit na caixa superior ao patrimônio líquido do Banco, o déficit atuarial. O patrimônio líquido do Banco era de 404 milhões e o déficit atuarial de 570 milhões e, a partir disso, o Banco era mal avaliado por uma série de fatores. Foi necessário um ajuste nesse sentido, contemplando, sobretudo, as distorções existentes. O funcionário aposentado recebia, em média, o dobro do funcionário da ativa, sendo que determinadas atividades baixava a média dos ativos porque hoje são terceirizados, concorrendo, assim, para o aumento dos da ativa e, mesmo assim, a remuneração era o dobro. Então, esse foi um ajuste que precisou ser feito, porque a caixa não podia engolir o Banco e os próprios funcionários não podiam ficar a mercê de uma caixa sem condições de sobrevivência.

Devo esclarecer que a caixa de previdência está hoje saneada e o déficit de 570 milhões representa um superávit superior a cem milhões. Assim, o Banco não tem mais problemas com relação ao déficit da caixa de previdência.

Finalmente, sobre a questão patrimonial, objeto do projeto de lei ao qual referi-me inicialmente, o Banco pode ser dividido em dois: o velho, que carregou todas as operações que vinham do passado — não vou entrar aqui no mérito da questão, eu não seria leviano a ponto de atribuir culpas a quem quer que seja, porque elas existem em todo processo onde existem pessoas. Não há a intenção de atribuir culpas aos



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

administradores do passado, a não ser em casos pontuais em que os mecanismos institucionais do ponto de vista interno e externo, inclusive do Judiciário, devem contemplar.

Em tese, o Banco carregava um grande ativo que se transformou num problema sério com o processo de estabilidade. O que estamos discutindo com relação às provisões é uma readequação das normas do Banco Central para os parâmetros internacionais. Aquilo que poderia ser renegociado e prorrogado para não matar as empresas deixou de ser possível dentro das novas regras. Até questionamos, pela característica do Banco, a validade de algumas dessas regras e avançamos na questão do fundo constitucional, porque o Banco não poderia estar tendo aumentos sucessivos de capital para cobrir o seu risco na mesma correlação do fundo constitucional com as outras operações de crédito.

Então, o objetivo foi, exatamente, sanear o Banco do passado. As medidas administrativas e judiciais foram tomadas. Não somos irresponsáveis. O Banco é de longo prazo. Aquele órgão do sistema privado que tem 25% de participação internacional e 28 de participação nacional no financiamento, no caso do Banco do Nordeste beira os 90%, os ativos do Banco do Nordeste 90% são voltados para o financiamento. Desse total, 85% são voltados para o financiamento de atividades. É muita alavancagem? Sim, porque o Banco não poderia deixar, nesse processo de diluição de crédito, de disseminação de risco e atendendo ao micro e ao pequeno, de atuar como vem fazendo.

O Governo teve essa compreensão, o Governo do Presidente Fernando Henrique deu toda importância ao Banco, a todos os seus programas, o apoio do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e de um conjunto de Ministérios com o qual o Banco tem parceria, foram mais do que acessíveis e reconheceram que o Banco



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

precisava ser fortalecido. Contrariando o discurso de que o Governo estava querendo privatizá-lo, o Governo promoveu, exatamente, um programa de fortalecimento das instituições financeiras, onde o Banco estava incluído, exatamente para poder ter futuro e continuar atuando, efetivamente, de maneira saneada, do ponto de vista dos parâmetros internacionais, para cumprir a sua finalidade de financiar o desenvolvimento, expandido a atividade a partir dos parâmetros que aqui estão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) – Concedo a palavra ao Deputado Adolfo Marinho.

**O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO** – Quero sugerir a V.Exa. que, dado o número reduzido daqueles que desejam formular perguntas, fosse feito tudo em apenas um bloco, já que temos tantas atividades paralelas no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) – Consulto o Plenário sobre o assunto.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, dada a complexidade do tema e o volume de recursos que vamos aprovar e, particularmente, em face da falta de unidade no Congresso Nacional sobre essa matéria, acredito que é preferível debruçarmo-nos sobre ela por alguns minutos para que possamos construir um entendimento que permita aprová-la.

Portanto, faço um apelo ao nobre Deputado para que desista da propositura e nos permita aprofundar a discussão para aprovar um crédito de 2 bilhões, 556 milhões de reais.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) – Temos inscritos os Deputados José Pimentel, Gonzaga Patriota, Armando Abílio, Adolfo Marinho, Relator Wilson Braga, Manoel Salviano, Benito Gama e Osvaldo Coelho.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) – Pois não.

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** – Quero ponderar a todos os colegas que se inscreveram para debater esse assunto que nesta discussão, erradicássemos todas as dúvidas que porventura venhamos a ter a fim de votarmos esse crédito do Banco do Nordeste e o do Banco da Amazônia, dada a sua importância. São bancos que têm determinação do Banco Central para procederem esses ajustes, que terão de ser feitos até o final do ano. Especialmente em relação ao BASA, esse Banco nunca teve uma capitalização. Essa seria a primeira. Se tiverem de fazer o ajuste sem esse crédito todos dois vão virar o patrimônio líquido e vão ficar em dificuldade, especialmente o BASA. Até mesmo o fundo constitucional vai deixar de ser aplicado, vai abalar a credibilidade do Banco e as pessoas que ali têm depósito certamente vão querer retirá-los.

Então, gostaria que o bom senso prevalecesse neste momento de discussão porque é extremamente importante para a Amazônia, em especial, e para o Banco do Nordeste e para todo o Nordeste.

Acho que deveríamos aproveitar esta audiência pública a fim de retirar do Presidente o máximo de informação e obter todos os pontos esclarecidos e liberar este assunto e, num consenso, evitarmos que a pauta seja bloqueada ou retida no processo de votação no plenário do Congresso Nacional.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Carlos Bezerra) – Faremos um esforço para compactar o tempo, pelo que entendi da proposição de V.Exa., mas que o assunto fosse esgotado para que não prejudicasse a votação do projeto de lei que atinge não



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

só o Banco do Nordeste, mas também o BASA. Sei bem disso. Estive, juntamente com V.Exa., pedindo as bênçãos de Nossa Senhora de Nazaré, no Círio de Nazaré. Quero registrar seu carinho e atenção com os visitantes e agradecer, de público, a hospitalidade de todo o povo belenense e paraense. Como homenagem ao Norte do Brasil, faremos esse esforço.

Para tentar conciliar, conforme parece ser o desejo de V.Exa., o Relator não se encontra presente, apenas o autor. Ambos teriam direito a uma exposição inicial com resposta específica. Creio até que ele não abriria mão disso, pelo que eu entendo. Como está presente somente o autor do requerimento, ele faria a sua exposição inicial, com a resposta direta do nosso convidado. A seguir, faríamos dois blocos. Seria possível? Se mais ninguém quiser inscrever-se os próximos a falar serão os Deputados Gonzaga Patriota, Armando Abílio, Adolfo Marinho, Wilson Braga, Manoel Salviano, Benito Gama e Osvaldo Coelho.

Então, faremos dois blocos: quatro e quatro. Pode ser?! Um bloco seria composto pelo autor do requerimento e o Relator. Isso é indiscutível. E o outro bloco dividiríamos em dois blocos: quatro e quatro?!

O Senador Lúcio Alcântara inscreveu-se também. V.Exa. está inscrito, Deputado Osvaldo Coelho? Eu estou tentando chegar a um lugar comum. Responde-se ao autor e para os outros oito faríamos quatro e quatro?

V.Exa. quer um bloco corrido? Ao final do quarto, avaliaremos, pode ser? De acordo, Deputado José Pimentel? Se os assuntos forem recorrentes... Deputado Adolfo Marinho, V.Exa. concorda? Ao final da quarta inscrição, avaliaremos. Pode ser isso? De acordo, Deputado Osvaldo Coelho?

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** – Estou de acordo. Gostaria de perguntar a V.Exa. qual o tempo que cada Deputado do bloco terá, assim como o autor



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

do requerimento e, ao mesmo tempo, solicitar de V.Exa. a melhor atenção possível para ser democrático: um pode falar demais, não sobrando tempo para o outro. Minha intenção é que sejam oferecidas condições iguais a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Eu pediria apoio à Assessoria, mas creio que o tempo implica, inclusive, o direito à réplica. O autor tem dez minutos e os demais três ou cinco minutos. Acho que são três, com direito à tréplica de um minuto e meio. É o tempo regimental. O apelo já fica feito aqui, de ofício, porque não é preciso que se gaste o tempo integral. Então, Deputado Osvaldo Coelho, o tempo é o regimental.

O autor da matéria e o Relator dispõem de dez minutos, com direito à tréplica de um minuto e meio. Os demais inscritos têm direito a três minutos. Já fica aqui, de ofício, o apelo para que não se utilizem de todo o tempo regimental.

De imediato, passo, então, a palavra ao autor da matéria, nobre Deputado José Pimentel.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Sr. Presidente, Sr. Presidente do BNB, Dr. Byron Queiroz, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, gostaria de começar registrando que o debate sobre o destino dos bancos oficiais federais é resultante da Nota Técnica nº 20, de julho de 1995, de autoria do Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Dr. Pedro Parente, que determinou a extinção e privatização de todos os bancos estaduais e sua transformação em agências de fomento ou fundidos.

Em seguida, veio o PROES para materializar essa política, no qual constava a privatização do Banco Meridional – o que já ocorreu –; a transformação do BNB e do BASA em agências de fomento e a reformulação das agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Portanto, é esse documento-base do Ministério da Fazenda o principal ponto desta discussão.

Hoje, contudo, o que nos leva a este debate é um projeto de lei de autoria do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, que propõe um aporte de 2 bilhões, 556 milhões de reais para o aumento do capital social do nosso BNB.

A primeira pergunta que faço é: o balanço do BNB, em 30/6/01, apresenta patrimônio líquido de 1 bilhão e 23 milhões de reais. Se esse patrimônio líquido é verdadeiro, porque o aporte de capital de 2 bilhões, 556 milhões?

Segunda questão: a empresa de avaliação de risco, a Empresa Austin, termina de divulgar avaliação de risco dos bancos oficiais federais brasileiros, enquadrando o BNB como o pior dos bancos no aspecto do risco. A Dra. Tereza Grossi, Diretora de Fiscalização do Banco Central, esteve nesta Casa no dia 27 de setembro para discutir, como ficou conhecido, o PROER dos bancos oficiais. Na audiência, ela disse que o prejuízo do BNB para seu ajuste seria de, no mínimo, 7 bilhões de reais, o que está aqui nas notas taquigráficas, além de ter sido divulgado por toda a imprensa. Pergunto ao senhor expositor: esses 7 bilhões de reais são originários de que fontes, já que no balanço do banco não há qualquer indicativo?

Terceira: quais as razões pelas quais nenhuma dessas despesas foram ainda lançadas na contabilidade do BNB? Se esses 7 bilhões de reais declarados pela Diretora de Fiscalização do Banco Central existem, por que razão isso não foi lançado no balanço do BNB? As operações de crédito de liquidação duvidosa, na carteira do FNE, pelas quais o BNB deixou de ser coobrigado, de acordo com a Medida Provisória nº 2.196, foram objeto de constituição de provisão na contabilidade do fundo constitucional ou não? Se foram, por que o fato relevante, publicado pelo banco no dia



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

22 de junho de 2001, não faz referência a esse montante, sendo que o Banco do Brasil, que também administra um fundo constitucional regional, publicou o valor de 695 milhões de reais, e o BASA, posteriormente, fez uma complementação do seu fato relevante também divulgando seu valor? Por que, até hoje, o BNB não fez o mesmo?

Quando publicaram as notas explicativas do balanço de 30/06/01, foi declarado que o aporte de capital seria de 2 bilhões e 100 milhões de reais. Aliás, nas transparências aqui apresentadas por V.Sa., também se falou em 2 bilhões e 100 milhões de reais. Por que, então, o projeto de lei vem em 2 bilhões, 556 milhões de reais? Essa diferença refere-se a quê?

Outra pergunta: o balanço de 30 de junho de 1995 declara que, na carteira própria do BNB, seu montante de aplicações é de 1 bilhão, 906 milhões de reais. Já na carteira do FNE esse valor era de 1 bilhão, 509 milhões de reais, totalizando 3 bilhões, 415 milhões de reais. Isso está no balanço do banco de 30/06/95. Nesse período, o BNB já provisionou 2,3 bilhões na carteira própria, além de certa quantidade na carteira do FNE. V.Sa. insiste em dizer, inclusive aqui, que o saneamento do banco é resultante das operações anteriores à sua gestão, mas, no balanço de 30/12/00, a carteira própria tem 5,3 bilhões aplicados, a carteira do FNE, 7,5, totalizando 12,8 bilhões. A Dra. Tereza Grossi fala em 7 bilhões. Há necessidade, portanto, do ajuste no balanço.

A partir de dezembro de 1998, o risco do FNE, por conta da Medida Provisória nº 2.196, é 50% do Tesouro e 50% do banco e a nota explicativa declara que o banco precisa provisionar 300 milhões referentes ao FNE, de dezembro de 1998 para cá. Em outras palavras, o prejuízo de provisionamento, ou seja, a necessidade de provisionamento são de 600 milhões de reais, sendo 300 do FNE e 300 do Tesouro. No entanto, nesse período, a Secretaria do Tesouro repassou ao BNB, no ano de 1999, a quantia de 1 bilhão e 12 milhões. Em 2000, 1 bilhão, 169 milhões, totalizando 2



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

bilhões, 181 milhões. Desse total, o BNB aplicou apenas 1 bilhão e 74 milhões, 650 milhões em 1999 e 424 milhões em 2000. Eu pergunto: o que foi feito da diferença dos 2 bilhões, 181 milhões repassados pelo Tesouro Nacional nos anos de 1999 e 2000? Apenas 1 bilhão e 74 milhões foram aplicados. Onde foi parar a diferença de 1 bilhão e 100 milhões de reais? Esses dados são do Ministério da Integração Nacional em análise ao balanço do banco.

Finalmente, o balanço do banco de 30/06/01 declara que, entre dezembro de 1998 até 30/06/01, o banco aplicou 1 bilhão e 500 milhões de reais no FNE e, desse montante, 600 milhões estão sendo obrigados a serem provisionados, conforme nota explicativa do balanço de junho de 2001, representando 45% do dinheiro emprestado. Pergunto a V.Sa.: porque um empréstimo de tão curto prazo tem tamanho risco, o que não existe em nenhum outro banco que administra fundo constitucional?

Eram essas as perguntas que tinha fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado. Agradeço a V.Exa. a concessão dos dois minutos que não utilizou.

Concedo a palavra ao Presidente do Banco do Nordeste Brasileiro S/A, Sr. Byron Costa de Queiroz, para suas respostas.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – A primeira pergunta do Deputado José Pimentel é a respeito da razão do aporte, tendo em vista que o banco apresenta patrimônio líquido negativo. Eu expliquei...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Positivo.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Patrimônio líquido positivo. Desculpe-me. Expliquei que houve uma mudança de regra pelo Banco Central e, efetivamente, a razão de ser do projeto de lei para o aporte é abrigar novas regras prudenciais do Banco Central. Segundo elas, é necessário o aporte.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Com relação à Austin, há um equívoco. Ela não fez esse tipo de classificação absoluta. Pelo contrário. Ela fez uma consideração sobre vários itens e, entre alguns deles, estava o banco em segundo lugar, em primeiro. Em alguns, estava em uma situação mais abaixo, tendo em vista a própria nota explicativa do banco com relação ao processo de capitalização envolvendo a componente de risco.

Sobre a explicação da Diretora Tereza Grossi, acho que houve inadequação da palavra, do que ela chama de “prejuízo”. Inclusive, ela conversou comigo e disse que estavam querendo convencê-la a chamar provisão de prejuízo, que não têm o mesmo significado. Esse número de 7 bilhões a que se refere tinha o pressuposto de que o fundo constitucional tivesse o mesmo tratamento para as operações no banco e essa regra, efetivamente, é prevista em lei. Mas o fundo constitucional não tem o mesmo tratamento. Por outro lado – e já vai servir como resposta sobre a provisão do fundo constitucional –, o fundo constitucional é regido por uma variável de medidas provisórias a cada momento em que há um processo de negociação das entidades empresariais e políticas. No intervalo desse processo de renegociação, os produtores, os tomadores de empréstimo, industriais de maneira geral, todos eles são aconselhados a não efetuarem os pagamentos porque as renegociações das medidas provisórias estão em andamento. Eu acho que seria perverso, criminoso, levar o banco a uma situação de dificuldade, cumprindo um tipo de regra que é um processo transitório em relação ao que está determinando a própria legislação do fundo constitucional. Então, a coisa tem que ser colocada por esse prisma.

Sobre o fato relevante do FNE, tendo em vista... Deputado, repita a quinta pergunta, por favor.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Segundo o fato relevante do Banco do Brasil, o montante a ser provisionado é de 695 milhões. O fato relevante do BASA, 1,3



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

bilhões. Já o fato relevante do BNB não faz referência ao montante de recursos do FNE que serão objetos de compensação de provisionamento.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Bom, isso já consta de nota explicativa. Estou com o então Superintendente Financeiro do Banco e, hoje, Diretor do Banco responsável pela área de controle, que me dará apoio nessas questões de natureza mais técnica. Daqui para diante, S.Sa. responderá esse tipo de pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Um momento. Até por estar sendo gravada a reunião, solicito que os oradores sejam identificados. Sei tratar-se do Diretor de Controle do Banco, Marcelo Pelágio Bonfim. Tem S.Sa. a palavra.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** – Bom, com relação à menção nos fatos relevantes, tanto o Banco do Nordeste como o Banco da Amazônia não registraram o valor consignado no balanço relacionado com o fundo constitucional. Nas notas explicativas, já na divulgação do balanço de junho, que ocorreu justamente depois do anúncio dessas medidas, está contemplado na Nota Explicativa nº 4 C-2i, se não me falha a memória, um valor de 6 bilhões e 800 e alguma coisa. São os valores referentes às operações contratadas no âmbito do fundo constitucional até 30 de novembro de 1998.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Então, são 6 bilhões...

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Isso. São os valores contratados com recursos do fundo constitucional, do FNE, até 30 de novembro de 1998, que deixaram de ter o risco apurado pelo Banco do Nordeste.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Vai ser todo abatido e jogado como prejuízo?

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** – Não. Aí, eu vou para a segunda pergunta. Em relação a questionamento, se há mudança de regra de provisionamento



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

– entre as Resoluções nºs 1.748 e a 2.682 – é interessante lembrar que, quando da aplicação da regra anterior, o fundo constitucional também, as operações relacionadas com o fundo constitucional não eram provisionadas no balanço do banco porque tinham um tratamento segregado. A partir desse entendimento, da nova regra da Resolução nº 2.682, o Banco Central entendeu que os valores que tivessem coobrigação do Banco do Nordeste seguiriam também as mesmas regras da Resolução nº 2.682.

Então, o fundo constitucional ficou dividido em dois momentos: um com as operações contratadas até 30/11/98, desobrigado o risco do banco – e aí não significa dizer que há processo de deságio das dívidas e processo de anistia, nenhuma coisa dessa natureza. Os títulos de crédito continuam prevalecentes, Deputado, e serão cobrados administrativamente ou através do Judiciário, até porque as operações continuam e, inclusive, algumas sem nenhum tipo de atraso. Repito: com a desobrigação, permitiu-se evitar uma incorporação substancial de capital para o banco no sentido de evitar o desenquadramento no acordo de Basiléia também.

Quanto às operações contratadas a partir de dezembro de 1998, comentadas por V.Exa. e que já, em princípio, caracterizavam uma sinalização de inadimplência, permita-me dizer que não é exatamente assim. A Resolução nº 2.682 recomenda que as operações sejam provisionadas. Até operações que ainda estão em fase de carência, a depender da classificação do risco do cliente no setor bancário como um todo. Então, o cliente que tem uma operação de médio e longo prazo com recursos dos fundos constitucionais e tem uma operação de um cheque especial com uma empresa, com um banco privado e se, por acaso, ele inadimpla essa operação de curtíssimo prazo, ele aparece no cadastro de inadimplentes, o que significa dizer que o risco dele passa a receber uma nota inferior, que obriga hoje as instituições financeiras a



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

provisionar. Por exemplo, um cliente AA não tem nenhum nível de provisionamento, mas um cliente classificado como A já tem um nível de provisionamento de 0,5% sobre o saldo devedor total do financiamento.

Fez-se, então, uma estimativa: em se classificando 50% desse fundo constitucional na Resolução nº 2.682, haveria necessidade de uma participação de capital correspondente a esse novo enquadramento.

Com relação às provisões e à discussão se as operações... O Presidente já falou sobre a questão de que, da grande parte dos nossos ativos que hoje sendo provisionados — 1 bilhão e 375 milhões —, a quase totalidade, a expressiva maioria das operações são contratadas antes de 1995, e não temos a menor dúvida disso.

E essa análise que foi feita aqui, que tive a oportunidade de ouvir de um expositor, se o senhor me permite, é muito primária e improcedente, porque sabemos muito bem que as posições de balanço consignam os valores que foram levados a crédito em liquidação no período. Não significa dizer que essas operações que foram inscritas em crédito em liquidação, ao longo desses anos, não foram recuperadas, renegociadas e que não voltaram ao seu **status** inicial.

Então, a pura e simples soma algébrica não caracteriza o fato e não nos permite chegar a essa conclusão que se pretende. Na verdade, os níveis de provisionamento do Banco do Nordeste tiveram como objetivo enquadrar as operações às regras anteriores da Resolução nº 1.748 e essas seguintes à Resolução nº 2.682.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - A evolução é a que está no balanço, de capital aplicado, e não provisionado, de 1 bilhão e 906 milhões a carteira própria, de 1 bilhão e 509 milhões no FNE, totalizando 3 bilhões e 415 milhões. Desse montante — está nas notas explicativas —, foram compensados 2 bilhões e 300 milhões, e existem mais 1 bilhão e 300 milhões a provisionar. São fatos. Ou o balanço está fraudado ou...



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** – Não, não, não. Deputado, nós temos as operações. Na posição de 30 de junho, estamos informando ao mercado que todas as operações da carteira própria do Banco do Nordeste foram enquadradas na Resolução nº 2.682, com exceção do conjunto de operações que corresponde ao total de 1 bilhão e 372 milhões, que serão provisionadas concomitantemente ao aumento de capital, porque elas tinham um enquadramento anterior na Resolução nº 1.748. Em função dessa mudança abrupta por parte do Banco Central, do órgão regulador, nós precisávamos de um capital proporcional. Esse é o primeiro ponto.

As operações dos fundos constitucionais não são provisionadas no Banco do Nordeste. Essas operações não têm critério de provisionamento, porque o fundo tem patrimônio diferente, apurado diferentemente das instituições financeiras. O fundo aloca os recursos a um determinado cliente, e o reembolso desses recursos é que retroalimenta esse fundo. O não-pagamento de uma determinada operação gera a impossibilidade de reencaminhar esses recursos para atividade produtiva. Essa resposta é relativa à sétima pergunta.

Com relação à oitava pergunta, Deputado, o fundo constitucional — acredito que já respondemos com relação aos 300 milhões — é uma estimativa para que as operações contratadas a partir de dezembro de 1998 venham a ser enquadradas em 50% na nova regra da Resolução nº 2.682. Não significa dizer que essas operações estão inadimplidas, não. Elas serão reenquadradas de acordo com a nova classificação de risco (de a a e), e com parâmetros de provisionamento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Para que eu compreenda, se elas não são risco para o banco, portanto, não há por que se apropriar de recurso público para cobrir uma operação que o senhor está dizendo que não é risco. É isso?

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Deputado, as operações contratadas...



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Os 2 bilhões e 100 milhões são com o somatório dos 300. É só somar aqui.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Deputado, as operações contratadas até novembro de 1998 foram desobrigadas...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Esta daqui é de dezembro de 1998 para cá.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Perfeito. Elas foram desobrigadas do risco do banco. Das operações contratadas a partir de dezembro de 1998, 50% são risco do fundo e 50% são risco do banco.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Eu sei.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Ao serem risco do banco, elas teriam que ser enquadradas nas novas regras da Resolução nº 2.682.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Que é anterior à dezembro de 1998, não é isso? Vigorou...

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - A partir de dezembro de 1998. Significa dizer que, com as novas regras da Resolução nº 2.682, nós poderemos localizar operações que, embora não inadimplidas, mas, pela situação do cliente no sistema bancário como um todo — segundo a nova regra dessa resolução —, necessitem de provisionamentos, como 0,5%, 1%, 3%, 5% ou 10%.

Em função disso, já que os fundos constitucionais não eram contabilizados como provisionamentos na carteira própria do banco, também se projetou a necessidade de um aumento de capital para que essas operações contratadas a partir de dezembro de 1998, cujo risco é 50%, e que teriam que ser enquadradas de acordo com o Resolução nº 2.682, também fossem absorvidas.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - O que nos chama a atenção é que o montante de dinheiro emprestado foi de 1 bilhão e 500 milhões de reais. Desse montante, com menos de 2 anos de empréstimo, 45% estão sendo provisionados. É esse o debate.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Mas é isso, Sr. Deputado. O critério de provisionamento, de acordo com a Resolução nº 2.682, mudou. Nós podemos contratar uma operação hoje, com um ano de carência, e no próximo mês precisar provisionar 0,5%, 1%, 3% ou 5% dessa operação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Por conta do risco da operação.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Não, por conta da regra da 2.682...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - A regra é muito clara. A regra é resultante do risco do cliente que tomou o dinheiro emprestado. Se o cliente não tiver risco, não precisa provisionar. Em outras palavras, emprestou mal.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Deputado, o risco pode ser analisado como estático ou dinâmico. Quando se concede uma operação, faz-se à luz de todos os procedimentos necessários com relação à avaliação de risco, pelo ponto de vista de idoneidade, confiança, segurança do crédito, análise da executabilidade econômico-financeira, garantias e tudo o mais. Se se contratou uma operação com todas essas prerrogativas atendidas e, no mês seguinte — dei esse exemplo para o senhor —, esse cliente, com cheque especial em outro banco, sobre o qual ele esteja discutindo a taxa de juros, entenda que não deva pagar, se o banco o coloca no cadastro de inadimplente, o nível de risco dele cai e, por cair, as instituições financeiras são obrigadas a provisionar, mesmo que no mês seguinte, depois de renegociar, ele volte à sua classificação. É um critério que tem como objetivo verificar o nível de exposição das instituições de forma prospectiva.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Então, se esse risco é tão insignificante, por que incluir no PL que o Tesouro repasse dinheiro?

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Não é que seja insignificante. Para se cumprir a regra, Deputado, é preciso capital suficiente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Ou tem risco ou não tem. Se não tem risco, não há por que aportar dinheiro. Queremos saber concretamente quanto é o montante de recursos que o banco precisa para tapar as operações malfeitas. É isso de que estamos tratando, e não há meio termo. Ou o senhor explica para nós ou não temos condição de votar. Esse é o fato.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** - Vou fazer um adendo, Deputado, já que o senhor está no pingue-pongue. Não existem operações malfeitas na nossa administração, salvo algumas exceções que já foram devidamente apuradas. Estamos falando que essas operações são todas anteriores a 1995, e não estou dizendo que são malfeitas. Estou dizendo que, se...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Dr. Byron, esta daqui é de dezembro de 1998 para cá. Quem está dizendo é o senhor, no seu balanço, não sou eu.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** - Mas, aí, são regras prudenciais, não é operação malfeita. Ele explicou. O senhor está confundindo as duas coisas.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Essa daqui está incluída...

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** - É provisão, não é perda, Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Nesse montante, estão somados os 2 bilhões e 100 milhões.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** - O senhor está confundindo provisão com perda, com prejuízo. É provisão para atender uma regra.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** – Então, não são precisos os 300 milhões, é isso?

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** - Mas a regra existe. Aí, o banco vai deixar de operar. O senhor vai explicar para a sociedade que o banco não vai operar porque não vai cumprir uma regra internacional?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Sr. Presidente do BNB, V.Sa. já tem seu tempo esgotado. Mas, para a conclusão das respostas com a última delas, concedo 2 minutos, e depois concederei o tempo para a réplica do Deputado José Pimentel.

**O SR. MARCELO PELÁGIO BONFIM** - Com relação aos valores definidos para o aumento de capital do Banco do Nordeste, são de 2 bilhões e 100 milhões e 1 bilhão e 375 milhões, e mais os valores que estão consignados tanto nos fatos relevantes como nas notas explicativas.

E a informação que temos do Ministério do Planejamento é um ritual de um processo em termos orçamentários. Esses valores da dotação orçamentária são corrigidos a partir da data da sua definição por taxas de mercado.

Então, esses 2 bilhões e 100 milhões estão sendo corrigidos até o final do ano, até 31 de dezembro, se não me falha a memória. Esse é um assunto de domínio do Ministério do Planejamento e Orçamento. Os recursos foram corrigidos até 31 de dezembro, justamente em função desse trâmite necessário para a efetivação do aumento de capital.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - V.Exa vai usar o direito à tréplica?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ PIMENTEL** - Sim. Sr. Presidente, quero registrar que esta Casa debruça-se sobre o debate do salário mínimo. O Governo declara que só



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

pode aumentá-lo em 9 reais, de 180 para 189 reais. Os cálculos feitos para atualizá-lo para 220 reais demonstraram que os gastos para tanto ficariam na casa de 3 a 4 bilhões de reais por ano. Aqui estamos trabalhando com 2 bilhões e 556 milhões. Se é verdade o balanço que o banco publica, no qual diz que tem patrimônio líquido positivo de 1 bilhão, ele não precisa do dinheiro. Se o banco tem patrimônio líquido positivo, opera na Bolsa e declara que o balanço é verdadeiro, não tem necessidade do crédito. Se o balanço é fraudado, nesse caso, precisamos contabilizar os valores do balanço para que efetivamente apareça a necessidade dos recursos e, em seguida, poderemos votar. Exatamente por isso entendo que precisaríamos incluir uma salvaguarda ao votar essa matéria, a fim de que o banco explicitasse efetivamente se esse patrimônio líquido é positivo. Se for, não tem necessidade dos capitais. Se o patrimônio líquido do banco em 31/12/2001 for negativo, nós repassaremos os recursos.

Portanto, nossa posição é no sentido de que o banco refaça seu balanço, apresentando efetivamente o montante de recurso de que necessita, e nós aprovaremos o crédito, condicionados a liberá-lo na proporção do montante de recursos que o balanço do banco possa apresentar. Não podemos aprovar um crédito desse montante supondo que haja necessidade ou que haja taxa de juros.

De um lado, o próprio banco declara que precisa de 2 bilhões e 100 milhões. As notas explicativas falam em 2 bilhões e 100 milhões, e elas são de agosto de 2001. O crédito vem em 2 bilhões e 556 milhões, e é de 28 de agosto. E é bom registrar que não podemos trabalhar com tamanha insegurança.

Sou daqueles que entendem que o crédito é necessário, mas no exato montante que aparecer no balanço do banco, para que a sociedade possa ter transparência e nós possamos deliberar com tranquilidade.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO OLAVO CALHEIROS** - Sr. Presidente, eu gostaria de saudar o Dr. Byron e todos que fazem parte do Banco do Nordeste que comparecem hoje a esta reunião. Dou meu testemunho neste momento da presença cada vez maior desse banco na vida dos nordestinos, sobretudo lá no meu Estado, Alagoas.

O outrora grande e generoso Banco do Brasil praticamente se retirou dos financiamentos no Nordeste, não só de financiamento privado, mas também de financiamento público, que é uma linha que o BNB passa a operar a partir de agora. Há uma expectativa muito grande nesse ramo.

Anima-nos muito o tipo de clientela preferencial e o valor dos financiamentos desse banco, dirigidos praticamente ao pequeno e médio agricultor, produtor, comerciante e industrial. De forma que esse aumento de capital é fundamental e necessário para que o banco possa continuar a operar na região mais pobre do Brasil, que é o Nordeste.

Reconheço aqui de público que o Presidente Byron é o grande comandante das mudanças que têm acontecido nesse banco nos últimos anos. Informo a V.Exa. que o parecer do Relator deste PL já foi entregue à Comissão e é favorável tanto ao aumento de capital do BNB como do BASA. O Relator, Deputado José Priante, perdeu o vôo hoje e gostaria de estar aqui discutindo, mas não foi possível.

Vamos fazer esta discussão. A bancada do Nordeste irá testemunhar e dizer de viva voz o que representa esse banco para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - A Presidência tem condescendência com as questões de ordem.

Se se quiser, pode-se responder à tréplica.

Vencida a fase das explanações do Relator, que não está presente, e do autor do requerimento, vamos passar a palavra aos senhores inscritos.

Apesar da condescendência da Mesa com o Deputado Olavo Calheiros, estão inscritos os Deputados Gonzaga Patriota, Armando Abílio, Adolfo Marinho e Wilson Braga. Ao final dos 4 primeiros inscritos, avaliaremos — V.Exa. está inscrito, Deputado Anivaldo — se prosseguiremos ou se passaremos para uma parcial de respostas dos nossos convidados.

Com a palavra o Deputado Gonzaga Patriota. S.Exa. tem 3 minutos para suas considerações e questionamentos.

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Byron, ouvi atentamente as intervenções do autor deste requerimento, Deputado José Pimentel, e pelo que S.Exa. já perguntou sobre finanças — sou um pouco ruim nesse assunto —, pretendo ater-me a dois aspectos.

O primeiro não é nenhuma pergunta, e sim um registro. Tenho acompanhado de perto o trabalho do Banco do Nordeste, porque sou da região de Salgueiro e Petrolina e cliente desse banco há mais de 30 anos. E quem é cliente de um banco está mais perto dos funcionários que estão na ponta do que da própria diretoria. Obviamente, nos últimos anos, nessa globalização e "modernização" do Governo de Fernando Henrique, o Banco do Nordeste na verdade se modernizou, como falou aqui o Deputado Olavo Calheiros, e tem chegado lá na roça.

Tenho ido com agentes de desenvolvimento — não sei se esse é o nome do gerente — aos assentamentos. Acompanhei ultimamente, quando a Operação



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Mandacaru esteve na região, determinados financiamentos para tirar pessoas que estavam se marginalizando no plantio de maconha. Mas, por outro lado, tenho recebido muitas correspondências dos representantes dos servidores do banco, tanto dos aposentados como dos servidores da ativa, e às vezes vejo notas nos jornais e manifestos. Não estou dizendo que é só do Banco do Nordeste.

Temos visto manifestações da quase totalidade dos servidores públicos ou de estatais pelo fato de estarem há sete anos sem aumento ou por terem desmobilizado uma Caixa, como a Caixa do Banco do Nordeste, que estava tendo risco de amanhã não dar segurança aos aposentados. Não quero aqui discutir se foi bom ou ruim fazer esse trabalho nessa Caixa. Quero deixar apenas o registro.

Por outro lado, fui Constituinte e ajudei a criar o fundo constitucional para desenvolver nosso Nordeste, o Centro-Oeste, que já é um pouco desenvolvido, e principalmente o Norte. Não sei se é o mesmo problema do BASA. O Banco do Brasil, já ouvi falar, tem muitas atribuições e não se atenta, como o Banco do Nordeste na nossa região, para a aplicação dos repasses constitucionais para a produção. Talvez ele tenha muito o que fazer, eu não sei.

*(Intervenção fora do microfone – inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO GONZAGA PATRIOTA** - Centro-Oeste, eu sei. Eu estou falando na Região Centro-Oeste. Não sei se o Banco do Brasil na Região Centro-Oeste dá o mesmo atendimento.

Mas tenho recebido aqui muitas reclamações de pequenos agricultores sobre a burocracia nos empréstimos, do PRONAF, dessas coisas. Então, pergunto ao senhor se o banco está se modernizando.

Fui um dos que brigou aqui pelo aumento de capital passado e vou brigar por este, porque vejo o Governo meter dinheiro em bancos privados, salvar os



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

"Econômicos" da vida, através do PROER, e não botar dinheiro no Banco do Brasil, no Banco do Nordeste e no BASA. Por isso, vou ser favorável à aprovação e vou fiscalizar, como está fazendo o Deputado José Pimentel.

Só quero saber por que não se diminui um pouco a burocracia na hora de atender a pessoa que está lá na ponta, no assentamento, na agricultura. Ademais, quero me solidarizar com a direção do banco, através do senhor, como Presidente, pelo trabalho que tem feito pela nossa Região Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Gonzaga Patriota.

Com a palavra, para seus questionamentos, o nobre Deputado Armando Abílio.

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Sr. Presidente, quero apenas registrar o que vi nesse final de semana no Estado da Paraíba. Tive oportunidade de visitar três Municípios.

Em Bernardino Batista, o Prefeito, numa feliz iniciativa, fez parceria entre a prefeitura, associações e Banco de Nordeste para financiamento da plantação de coco e caju. O perfil econômico do Município mudou completamente. Trata-se de um Município pequeno, que eu não conhecia, situado em um dos recantos do País. Lá foi realizada uma festa, que recebeu o nome de Festa do Caju, durante a qual houve a apresentação de vários produtos que conseguiram agregar valores ao caju e à castanha. Inclusive um dos representantes do Banco do Nordeste estava presente.

Visitei também a região do Vale do Piancó, minha região e também do patriarca da Comissão, Deputado Wilson Braga, onde existe um projeto de irrigação, com a participação também do Banco do Nordeste. Inclusive, em uma das propriedades dos meus familiares, tive a oportunidade de ver um projeto de 15 hectares de irrigação, sendo 8 de algodão e 7 de feijão. Toda a margem do Rio Piancó conta hoje com



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

projeto de irrigação, com a participação decisiva do Banco do Nordeste. Tenho certeza de que o Deputado Wilson Braga, em sua manifestação, vai-se solidarizar com esse meu depoimento, no sentido de que iremos viver um novo tempo, uma nova época, exatamente em função desse projeto de irrigação, à margem do Rio Piancó.

Também ainda durante esse final de semana, tive a oportunidade de visitar outro Município, Barra de Santa Rosa, em Curimataú. Visitei uma pequena propriedade que tem um projeto de criação de bode. E tenho certeza de que já conseguiram agregar valores, por exemplo, com a venda do queijo do leite de cabra e com a industrialização do couro do caprino. Esse projeto também conta com a participação do Banco do Nordeste.

Apesar disso, a Paraíba é tida como o Estado mais pobre da Federação. É verdade. O rebanho bovino foi dizimado; tínhamos a cultura de agave, também dizimada; no brejo, tínhamos a cultura da batatinha, que também foi destruída, em função da seca. O paraibano tem coragem de trabalhar, mas, infelizmente, as secas estão ocorrendo com muita frequência. Para V.Exa. ter uma idéia, Sr. Presidente, há dez anos, a Paraíba tinha um rebanho de 1 milhão e 200 mil animais. Hoje, esse rebanho tem aproximadamente 150 mil animais. O paraibano conseguiu manter cerca de dez por cento do rebanho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Caprinos e bovinos?

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** - Não. Tínhamos um rebanho bovino, há dez anos, de mais de 1 milhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Só bovino?

**O SR. DEPUTADO ARMANDO ABÍLIO** – Agora está havendo mudança de perfil. Por isso quero fazer esse registro. Com a participação do Banco do Nordeste, a Paraíba começou a desenvolver a caprinocultura, começou a criar bode. Com a



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

participação do Banco do Nordeste, apesar de todas essas dificuldades, estamos conseguindo mudar o perfil econômico do Estado da Paraíba.

É meu dever fazer esse registro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra o Deputado Adolfo Marinho.

**O SR. DEPUTADO ADOLFO MARINHO** – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, e Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, quero cumprimentá-los, assim como a toda a equipe do Banco do Nordeste por mais uma vez estarem nesta Casa.

Quero apenas fazer um registro, somando-me aos companheiros que falaram antes. Na verdade, não havia Banco do Nordeste; havia um banco que atuava nas capitais e nas regiões metropolitanas. Quando pensamos no Nordeste, temos que saber que 80% de seus Municípios têm menos de 20 mil habitantes; mais de 50% têm aproximadamente 10 mil habitantes e cerca de 35% têm 5 mil habitantes. Hoje, o banco mudou toda aquela estratégia anterior. Há uma desconcentração do crédito, das pessoas que vão atuar, sem aquela visão anterior, aquela cultura, de um escritório imobilizado. Esse fator tem uma importância muito grande, porque, por incrível que pareça, num Município pequeno desses, tudo é importado e, ao mesmo tempo, só o que se exporta nesse Município é o emprego, o imposto e o lucro.

Com essa nova visão do Banco do Nordeste, temos a perspectiva da produção local para consumo local, ativando um tema que é quase surrealista, a economia dos Municípios e dos Distritos, que será muito mais necessária agora, porque antes havia o recurso da previdência, e hoje temos recursos da bolsa-escola, da bolsa-renda, enfim, uma série de programas que estão levando para o interior uma circulação de dinheiro



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

que não havia antes. É de suma importância que esse recurso sirva para ativar todos esses programas de pequenos produtores, que possamos ter uma economia local.

Gostaria também de dizer que a grande alternativa para o País e para o Nordeste, em particular, é o turismo, e não podemos esquecer do PRODETUR, um programa de longo alcance, de grande perspectiva, que promove nossa inserção inclusive no mercado internacional.

Quero mais uma vez parabenizar o Banco do Nordeste, dizer da satisfação de tê-los aqui e assegurar que esta Casa vai honrar seus compromissos com a região.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado pela rigorosa observância do limite de tempo, que sirva como exemplo para os demais.

Com a palavra o Deputado Wilson Braga.

**O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA** – Sr. Presidente, Sr., Byron Costa de Queiroz, Sr. Marcelo Pelágio Bonfim, vou ser mais rápido, porque o Deputado Armando Abílio já disse tudo o que eu gostaria de dizer, a respeito dos programas de financiamento ao pequeno produtor no Vale do Piancó.

Quero apenas me congratular com o Presidente Byron e dizer a S.Sa. que pode ficar tranqüilo, pois vamos colaborar porque reconhecemos o grande trabalho que o Banco do Nordeste presta ao pequeno e médio produtor, ao pequeno e médio comerciante, sobretudo depois do trabalho de reordenamento da estrutura do Banco que desenvolveu. Quero cumprimentar o Presidente Byron — já o fiz aqui através do seu auxiliar, Salmito, por várias vezes — e dizer que estamos aqui inteiramente à disposição do Banco do Nordeste e do BASA.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães – Como legítimo sucessor do Governador João Pessoa, V.Exa. mostrou que, com poucas palavras, talvez até com uma só, fala-se o essencial, fala-se tudo.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA** – É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - É um legítimo sucessor de João Pessoa.

**O SR. DEPUTADO WILSON BRAGA** – Muito obrigado. Não, espere aí, João Pessoa morreu logo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Que V.Exa. tenha longevidade.

Com a palavra o nobre Deputado Osvaldo Coelho.

**O SR. DEPUTADO OSVALDO COELHO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é inquestionável e evidente que a atual administração do Banco do Nordeste tem feito grande esforço no que diz respeito à racionalização e modernização da instituição.

Por exemplo, a descentralização existe efetivamente. Se um problema no interior não é resolvido na agência, o superintendente tem de resolver. Não fica aquele funil na diretoria, o que é salutar. A atual gestão também se tem voltado mais para o pequeno agricultor e o pequeno pecuarista, merecendo por isso louvores.

Entendo que o banco, para conseguir resultados, depende de muitos fatores pelos quais nós mesmos desta Casa somos responsáveis. E todos já adivinham. Refiro-me ao problema da instrução, da educação.

É muito difícil colher resultados quando se empresta a pessoa que não tem conhecimentos, o analfabeto funcional, como chamamos. Ele não sabe o que está lendo e o que está fazendo.

Por isso, o Banco, que recebeu uma benesse muito grande desta Casa, a emenda constitucional, deve injetar cada vez mais recursos no treinamento, no aperfeiçoamento do cliente, não só do funcionário. Tem de fazer reuniões.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Hoje temos algumas boas pontes para as associações, para os mutuários. Eles têm de ser informados do que estão fazendo, precisam aprender que conta eles têm de fazer, porque, senão, o sucesso, que é o que buscamos, não vai ocorrer. É preciso oferecer oportunidade a essas pessoas, mas essa oportunidade só será oferecida se elas estiverem cada vez mais habilitadas a receber os recursos.

Então, concluo por chamar a atenção do Banco do Nordeste, como instituição, para o dever de ampliar o treinamento dos mutuários. O treinamento dos seus funcionários é inerente, faz parte da criação do banco — e sabemos que são sempre reciclados. Agora, num mundo de tantas mudanças, não é o mutuário que vai ficar sem receber informações para alcançá-las.

As mudanças que ocorrem hoje na sociedade globalizada são grandes, e alguns podem ficar estagnados. Um que está nessa situação é o pequeno mutuário do Banco do Nordeste. É muito injusto que ele não receba algo para acompanhar as mudanças.

Então, minhas palavras, como Deputado, representante do povo, são para dizer ao banco que proceda ao treinamento desse pessoal com a maior quantidade possível de recursos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Peço ao Deputado Olavo Calheiros que me substitua momentaneamente na Presidência enquanto atendo a uma delegação de São Paulo a respeito de um destaque no Orçamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Olavo Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Anivaldo Vale.

**O SR. DEPUTADO ANIVALDO VALE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é motivo de muita satisfação ver o Presidente do Banco do Nordeste nesta audiência pública, visto que, na semana passada, fizemos um acordo político — nosso colega José Pimentel estava presente — no sentido de aguardar essa audiência pública para



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

desobstruir a pauta. Portanto, sua presença contribui para a desobstrução dessa pauta. Sabemos ser da maior importância a votação do crédito de capitalização do Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia.

Ouvi atentamente a fala dos colegas que se manifestaram a respeito da atuação do Banco do Nordeste, mas vou voltar minha fala para o Banco da Amazônia.

Fui funcionário do Banco do Brasil e tive a oportunidade de ser Diretor e Presidente do Banco da Amazônia. Na ocasião, o Banco da Amazônia experimentava um processo de desajuste estrutural em todos os pontos, com seu patrimônio líquido a descoberto, em busca de um voto de excepcionalidade que viabilizasse a publicação de seus balanços, já que estava há quase dois anos sem publicação. Tenho a grata satisfação de ver que aquele voto de excepcionalidade foi honrado. A partir daí, o BASA caminhou firme no processo de recuperação.

Temos de reconhecer o esforço da Dra. Flora Valadares, que, com dedicação e competência, conseguiu alavancar as operações do Banco da Amazônia de recuperação de crédito e fazer os ajustes estruturais do banco. Compareceu a esta Casa todas as vezes que sua presença foi solicitada. Discutiu o presente e o futuro do Banco da Amazônia em praticamente todas as Comissões. Então, deixo registrados nossos agradecimentos.

Quero dizer que essa votação é importante, porque tanto o Banco do Nordeste como o Banco da Amazônia têm de fazer ajustes em sintonia com a recomendação do Banco Central. Isso vai trazer um ajuste até para a caixa de previdência do Banco da Amazônia. Se a matéria não fosse apreciada e votada no Congresso Nacional, os ajustes certamente teriam de ser feitos e iriam impedir a realização de operações através dos fundos constitucionais.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Sobre o fundo constitucional, o mais importante é que 90% das operações do Banco da Amazônia também são voltadas para os pequenos produtores, com sucesso fantástico, por intermédio do FNO especial, que tem levado crédito a pessoas que, em passado não muito distante, até mesmo a rede privada não queria nem como clientes de depósito. Essas pessoas estavam alijadas do processo produtivo.

Os esclarecimentos de V.Sa. contribuíram para a consolidação desse acordo para a votação, que certamente ocorrerá na próxima reunião do Congresso Nacional, da capitalização dos Bancos do Nordeste e da Amazônia.

Registro que é a primeira vez que o Banco da Amazônia vai ser capitalizado. O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil já foram capitalizados várias vezes. Lembro que, na capitalização de 8 bilhões do Banco do Brasil, aprovei emenda de 150 milhões para a capitalização do BASA, que veio no bojo de um ajuste maior que certamente foi desenhado, não através de resoluções, mas de discussões profundas do papel e da função dos bancos públicos federais, iniciado no comitê das instituições financeiras federais.

O mundo mudou, o Brasil também, e todas as instituições tinham de se ajustar a essa mudança.

A partir de amanhã estaremos no plenário do Congresso Nacional para votar esse crédito que objetiva a capitalização desses dois importantes bancos. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Olavo Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste, diretores e superintendentes, para nós, do Ceará, é uma satisfação muito grande



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

contar com a presença de membros da Direção do Banco do Nordeste, até para testemunhar o desempenho da instituição não só no Estado do Ceará, mas em toda a Região Nordeste.

Quero dizer que ficamos triste quando alguns Parlamentares do Nordeste questionam a aplicação de recursos, os programas, as suplementações de recursos para investimento na Região. Luta-se muito nesta Comissão e no plenário para diminuir as desigualdades regionais, tema sobre o qual vários autores já escreveram, inclusive ex-Parlamentares, como o Vice-Governador Beni Veras, que escreveu "Os Dois Brasis", bíblia para todos nós.

No momento em que estamos tentando fortalecer o Banco do Nordeste, em que houve uma mobilização no semestre passado para resgatarmos a SUDENE, fomos surpreendidos por posições às vezes só político-partidárias em caminhos inversos não só para tumultuar, mas para desvirtuar algum posicionamento em termos de bancada do Nordeste.

A revitalização do DNOCS foi uma grande luta nossa. Ainda hoje se tem dificuldade no DNOCS com a Bahia, com Sergipe, há dificuldade de termos uma instituição essencial para o Nordeste no tocante a recursos hídricos. Existem disputas políticas que com certeza prejudicam o Nordeste.

No momento em que o Presidente do Banco, aqui presente, elucidou de forma clara e transparente, pelo seu modo didático, sincero, honesto de agir, todos os questionamentos aqui expostos, achamos que esta Comissão está com plenos conhecimentos para votar e aprovar esse crédito para aumento de capital. Não somos da área econômica, minha formação é de médico, e às vezes ficamos em dúvida com certos posicionamentos, questão de provisão, de perda. Quem não está atuando no



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

dia-a-dia finda se confundindo, achando que não são coisas distintas — e realmente são. Mas, a presença da Diretoria e da Presidência do Banco nos dá tranqüilidade.

Até para testemunhar — está aqui também o Superintendente Arnaldo Menezes — quero dizer que fui um ferrenho crítico do Banco do Nordeste quando resolveu desativar a agência da minha cidade, Maranguape. Isso para nós politicamente foi um desastre. As pessoas me diziam: “Deputado, estão tirando o Banco de Maranguape. Cadê sua força? Cadê seu prestígio?” Mas não foi pelo fato de desaparecer a estrutura física que as operações diminuíram. Pelo contrário, o Banco, mesmo como se diz virtual, através da área de desenvolvimento, tem dado uma resposta significativa para o Município de Maranguape e para a região metropolitana.

Então, neste momento, acredito, não só como nordestino, como cearense e como pessoa comprometida com o desenvolvimento do Nordeste, acredito que não será somente a bancada do Nordeste que dará apoio ao Banco e às demais instituições daquela Região, mas todo o Congresso Nacional.

Parabéns e muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Senador Olavo Calheiros) – Concedo a palavra ao Deputado Joel de Hollanda.

**O SR. DEPUTADO JOEL DE HOLLANDA** – Sr. Presidente desta Comissão, Sr. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Sr. Superintendente, Srs. Parlamentares, no ano passado tive a oportunidade de me encontrar com meu ex-professor de economia, o grande brasileiro e criador da SUDENE, o economista Celso Furtado. Conversando com ele, recordamos que o Nordeste, ao longo de sua história, experimentou três momentos de crescimento qualitativo e quantitativo no seu desenvolvimento: criação da CHESF, do Banco do Nordeste e da SUDENE. Aí estão todas as estatísticas do IPEA, de onde sou originário, mostrando que nesse período o



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Nordeste chegou a crescer a taxas superiores à média nacional. Isso demonstra que esses órgãos desempenharam seu papel, trouxeram uma contribuição muito grande para o desenvolvimento da nossa Região.

No caso do Banco do Nordeste, é bom verificar que, em se tratando de órgão que vai completar meio século de existência, esse órgão não envelheceu, não ficou esclerosado. Ao contrário, anualmente se renova, se moderniza. E aí está o elenco de realizações de programas e projetos que o Banco do Nordeste vem desenvolvendo no sentido de promover não mais a infra-estrutura do Nordeste, onde ele teve um papel importante, mas, agora, sobretudo, apoiando a iniciativa privada, principalmente os micro e pequenos empresários.

Sou testemunha do apreço e admiração que o BNDES, o Banco Mundial, o Ministro Malan e o Secretário da Receita, Everardo Maciel, têm da capacidade que o Banco do Nordeste demonstra de saber trabalhar com os micro e pequenos empresários. Uma coisa é o Banco atuar com grandes empreendimentos, com grandes empresas, com grandes projetos. Outra coisa é esse Banco ter, como tem o Banco do Nordeste hoje, o **know-how**, que inclusive está sendo transferido a outras instituições, de trabalhar com os pequenos, com os mais fracos, com aqueles homens empreendedores do setor agrícola, do setor de serviço, do setor industrial, que nunca tiveram a oportunidade de entrar no Banco, e hoje nem precisam fazê-lo, porque os agentes de desenvolvimento do Banco do Nordeste vão até os Municípios mais distantes e lá, em reuniões democráticas, participativas, procuram identificar projetos viáveis para o desenvolvimento de atividades econômicas geradoras de emprego e renda em todo o Nordeste brasileiro.

Compreendo que o Banco do Nordeste precisa do nosso apoio para elevar seu capital e, com isso, promover ainda mais ações voltadas para o desenvolvimento da



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

nossa Região. O sistema bancário brasileiro está aberto à concorrência internacional. O Governo, em boa hora, abriu nosso sistema financeiro e o Brasil hoje recebe filiais de instituições financeiras de todo o globo terrestre. Essa competição se faz da forma mais salutar, e nosso sistema bancário tem se mostrado competitivo. Podemos verificar a modernização por que passa nosso sistema. O Banco do Nordeste não pode também deixar de participar desse regime de competição. Se estamos dando a ele a missão de promover o desenvolvimento sustentado da nossa Região, precisamos também dar-lhe as condições para cumprir essa missão. O Banco do Nordeste tem a missão de promover o desenvolvimento da agricultura, da indústria, do turismo, dos serviços, tem a tarefa de ir ao encontro dos micro e pequenos empresários, segmentos que nunca foram contemplados, que sequer tinham condições de obter um financiamento, é mister, então, que também tenhamos a coragem de dar ao Banco os instrumentos de que necessita para levar adiante sua missão.

Por isso, Sr. Presidente, acho é o momento de o Congresso Nacional reconhecer o trabalho que o Banco do Nordeste vem fazendo em favor daquela Região e mostrar sua sensibilidade aprovando não somente o aumento de capital do Banco, mas toda a reestruturação do seu quadro de funcionários, fazendo com que haja cada vez mais treinamento e capacitação do corpo de servidores da SUDENE, que é da melhor qualidade, que tem dado uma contribuição muito grande à pesquisa e ao estudo do desenvolvimento regional brasileiro e para que o Banco do Nordeste possa continuar sendo essa grande alavanca de desenvolvimento do Nordeste.

Creio que o Ministro Celso Furtado, na próxima vez que vier ao Brasil e receber os relatórios da nossa Região, ficará contente em ver que aquela semente que foi o Banco do Nordeste, criado há 50 anos, transformou-se numa árvore frondosa que tem dado frutos e bons resultados para nossa Região.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Quero agradecer ao Deputado Olavo Calheiros, que tão bem me substituiu e está fazendo parte da Mesa como membro **ad hoc**.

O último orador inscrito é o nobre Deputado José Carlos Elias, do norte do Espírito Santo, área recentemente enquadrada como nordestina.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS** – Sr. Presidente desta Comissão, Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Srs. Deputados, talvez não tenha a experiência que tem meus companheiros da região nordestina para falar sobre o Banco do Nordeste, mas falo aqui pelo norte do Estado do Espírito Santo, onde sou residente no Município de Linhares.

Há pouco mais de dois anos, o norte do Espírito Santo foi enquadrado na área de abrangência da SUDENE. Eu, que já fui Prefeito daquele Município, pude constatar o crescimento e o benefício nesse curto espaço de tempo. V.Exas. poderiam perguntar: De que maneira? Hoje, vê-se chegar vários investimentos ao norte do Espírito Santo, pequenas cooperativas se organizam no setor da pesca, da confecção, enfim, em vários setores. O norte do Espírito Santo deu um salto muito maior contra a região sul, que antes não era da área da SUDENE. Hoje, o Estado todo está na área da atual ADENE.

O progresso do norte suplantou ao sul do Espírito Santo. A SUDENE e o Banco do Nordeste foram muito importantes. Sou bancário e penso que a capitalização de uma instituição financeira é primordial. Às vezes, o Banco do Nordeste tem um papel relevante há vários anos na Região Nordeste deste País. Talvez nem todos, mas muitos políticos cobram ação mais abrangente dessa instituição financeira, porque ela possui também papel social por ser do Governo. O Banco tem pago preço muito caro



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

por isso, talvez de rentabilidade ou de outros aspectos que uma entidade particular possui e que o banco estatal não tem.

Sou funcionário do Banco do Estado do Espírito Santo, inclusive fui diretor da área de crédito, e sou testemunha. Hoje, estamos diante desse pedido de capitalização. Somos praticamente favoráveis, porque, talvez muitos não entendam que um banco, para aumentar seu capital, vai gerar indiretamente um impulso maior na sua carteira de empréstimos e de atuação, dando abrangência ainda maior.

Então não vejo a razão dessa discussão e de não aprovarmos logo essa matéria. Qual a necessidade? Não precisaríamos nem estar aqui discutindo assunto. Da minha parte, embora não tenha essa experiência do Nordeste, mas pelo pouco tempo de atuação na região norte do Espírito Santo, já tive mostras do que foi e o que é o Banco do Nordeste para o desenvolvimento do Nordeste deste País.

Dr. Byron Costa de Queiroz, quero parabenizá-lo pela atuação à frente dessa instituição, que, tanto para o norte do Espírito Santo, como para o Vale do Jequitinhonha, também enquadrado, é muito importante.

Hoje, o Espírito Santo está com todos os seus Municípios na área da ADENE, através de decreto do Sr. Presidente da República.

Sr. Byron, gostaria de fazer um justo apelo, não só do Espírito Santo, mas também do Vale do Jequitinhonha. Não quero falar por mim, mas nosso Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Fale com muita propriedade, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS** – Penso ser uma justa reivindicação. Estou vendo as necessidades do norte do Espírito Santo, hoje Estado do Espírito Santo, como o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Pelo amor de Deus, já foi pedido várias vezes: Merecíamos, pelo menos, uma agência do Banco do Nordeste no



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Espírito Santo, como em Minas Gerais. É muito difícil ir a Teixeira de Freitas para resolver um pequeno problema que poderia ser resolvido rapidamente. Tenho certeza de que apenas uma agência no Espírito Santo lhe dará rentabilidade. Não lhe dará prejuízo, porque serão agências enxutas, só para resolver pequenos problemas rapidamente. Não é possível o Espírito Santo com todos os Municípios na área da ADENE não ter uma agência sequer do Banco do Nordeste.

Quero a V.Sa. que estamos aqui para apoiar essa capitalização. Entendemos que é pouco, inclusive. Seria preciso alavancar muito mais recursos para que o Banco cumpra seu papel social como vem cumprindo.

Quero parabenizá-lo na certeza de que esta Casa, quanto mais rápido aprovar essa medida, estará dando condições para sua atuação, principalmente junto aos pequenos produtores, às pequenas cooperativas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Deputado, fiz um sinal para dizer que seu tempo está esgotado. Não queria interrompê-lo, o que acabei fazendo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ELIAS** – Vou concluir.

Espero que pense em nossa reivindicação. V.Exa. poderá contar com nosso apoio nesta Casa para esse impulso muito importante para o desenvolvimento da economia de todos os setores que atuam no Banco do Nordeste.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – De fato, endosso o apelo já feito em nome da região do Vale do Jequitinhonha e do Vale do Mucuri. Uma agência ali seria bem-vinda, Sr. Byron.

Encerrada a lista de inscrição, passarei a palavra então ao Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Byron Costa de Queiroz.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Eventualmente, alguns expositores que quiserem podem exercer seu direito de tréplica. Evidentemente, vamos seguir o mesmo critério para as tréplicas, caso sejam solicitadas: serão dadas em seqüência.

Com a palavra o Dr. Byron Costa de Queiroz.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Muito obrigado, Sr. Presidente. Referindo-me ao pronunciamento do Deputado Gonzaga Patriota, em relação à desburocratização do crédito, devo dizer que temos feito esforço bastante bem sucedido no sentido de encurtar o tempo de análise de atendimento, sobretudo, dos micro e pequenos produtores.

Para se ter uma idéia, o volume médio de dias, em termos do que era verificado no Banco para aprovar um financiamento, girava em torno de 217 dias. Hoje, estabelecemos prazos máximos de 21 dias para projetos até 35 mil reais; máximo de 40 dias para projetos entre 35 e 100 mil reais; e máximo de 60 dias para projetos acima de 100 mil, qualquer que seja o valor. Isso está sendo cumprido no que diz respeito ao Banco, a menos que haja problema com a documentação ou com algumas providências a serem tomadas.

Em relação aos programas especiais, todos eles se enquadram nessa categoria dos 35 mil reais. Obviamente, existem outros órgãos — S.Exa. citou o caso do PRONAF — no Ministério do Desenvolvimento Rural que têm algumas regras que precisam ser cumpridas. Isso é compreensível, pelo próprio caráter de risco, de ser um empréstimo sem garantia, de ser bastante livre de maiores observações. Há um certo cuidado do ponto de vista de estruturas.

Mas penso que é válida a sugestão, vamos até pedir ao Superintendente do Banco do Estado de Pernambuco que entre em contato com o Deputado Gonzaga



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Patriota para ver se existem ações concretas para que esses problemas sejam identificados e possamos dar uma solução.

Devo agradecer aos Deputados Armando Abílio, Adolfo Marinho, Wilson Braga, pelos seus depoimentos, e ao Deputado Osvaldo Coelho, que falou sobre a capacitação. Talvez fosse interessante dizer que o Banco tem uma atuação bastante expressiva nessa questão de capacitação dos agentes produtivos. Temos um quadro que mostra a quantidade de eventos de capacitação progressivamente: 38 eventos em 1997. Ou seja, a atividade de capacitação evoluiu para cerca de 30 mil, agora no ano de 2001, e as pessoas atingidas no período de 1997 a 2001, 1 milhão, 748 mil agentes produtivos, receberam algum tipo de capacitação, sobretudo, bastante aplicada em sua atividade, seja nos assentamentos de reforma agrária, na agricultura familiar, nos serviços, no turismo. Enfim, realmente o Deputado tem toda razão: a capacitação é fundamental para dar condições de competitividade.

Concordo com o Deputado Anivaldo Vale e penso que o BASA tem importância semelhante ao Banco do Nordeste. Conheço bastante o trabalho da Dra. Flora, somos parceiros. Fizemos a estruturação de todo esse processo que está agora tendo seqüência com o aumento de capital.

Devo dizer que o Banco do Nordeste não teve muitas capitalizações. Aliás, o Banco do Brasil, sim, teve uma capitalização de 8 bilhões logo em 1995 e mais 7 bilhões de retirada de risco, a partir da securitização. Esses 15 bilhões representam muito em números de hoje.

Em relação à questão do Banco do Nordeste, devo dizer que temos um cálculo do período que vem desde a sua existência. O banco pagou muitos dividendos. Se fizermos uma comparação com o dólar ou com outro tipo de moeda — eu pediria que



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

se colocasse um gráfico —, verifica-se que devolvemos 95% em dividendos, corrigidas em dólar as capitalizações e os dividendos pagos.

Esse é um dado muito importante que eu faço questão de apontar, agradecendo-lhe a oportunidade da pergunta. De qualquer maneira, se o questionamento não tivesse surgido, eu iria abordá-lo porque se trata de um dado extremamente relevante. O Banco do Nordeste não é um peso para a União. Se corrigirem as capitalizações e os dividendos distribuídos, os dividendos correspondem a 95% das capitalizações, sem se levar em conta os benefícios pela indução do desenvolvimento e pelos retornos dos impostos dos empreendimentos e até os impostos que o banco vem pagando ao longo desse período.

Agradeço aos Deputados Raimundo Gomes de Matos, Joel de Hollanda e José Carlos Elias os depoimentos. Digo que não temos criado agências exatamente por causa da questão do custo e porque foi introduzido um mecanismo de agência itinerante que tem atendido à demanda.

No caso do Espírito Santo, como todo o Estado passou a ser atendido, vamos pensar em alguma solução bastante simples para fazer o processamento dos serviços que são feitos em Teixeira de Freitas. No mais, vamos continuar com as agências itinerantes. Temos um posto que vamos instalar em Linhares e vamos estudar, como disse, uma pequena agência em Vitória. No caso de Jequitinhonha, que o Deputado Virgílio Guimarães levantou, já temos um posto em Joáima e outro em Capelinha. Uma notícia boa que eu quero trazer também é a da instalação de um posto em Joáima e Capelinha.

No Vale do Mucuri, já instalamos uma pequena agência de microcrédito. Tivemos a satisfação de inaugurá-la juntamente com o Presidente Aécio Neves, há cerca de pouco mais de um mês.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Eram essas as minhas considerações finais. Agradeço aos Srs. Deputados a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Há a possibilidade de tréplica, se alguém a requerer, antes de V.Exa. fazer o seu encerramento.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Não houve questionamentos, e eu esperava que não houvesse.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS** – Quero só registrar a presença do Deputado Mauro Benevides.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães – Uma vez que o Presidente Byron facultou, percebo que o Deputado João Almeida quer usar a palavra. Do ponto de vista regimental, o tempo já estaria encerrado, mas, havendo flexibilidade, naturalmente podemos ouvir o Deputado João Almeida.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALMEIDA** – Sr. Presidente, cheguei atrasado, mas quero registrar o desenvolvimento que deve ter sido exibido aqui pelo nosso Presidente Byron, respondendo às perguntas dos Srs. Parlamentares. A nova rota que o Banco do Nordeste está seguindo, Sr. Presidente, efetivamente, é uma completa reestruturação no modo de atuar, é inovação permanente, é criatividade, é agilidade nos procedimentos. Nós estamos assistindo a uma nova vida no Banco do Nordeste.

Sentimos ainda — não cheguei a tempo de fazer a pergunta ao Presidente Byron — muita deficiência no atendimento, talvez pela falta de pessoal. Em algumas agências vemos como as coisas andam um pouco lentas na parte de atendimento no campo e na apresentação dos laudos. Parece que o Banco ainda está sofrendo com a grande falta de pessoal. Pelo menos nas agências da Bahia eu sinto isso. Não há má-vontade, há boa vontade, há empenho, mas parece que a demanda está sendo bem maior do que a capacidade de atendimento do Banco.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Mas é isso mesmo, o Banco está se renovando. Devido à nova forma de atuação também, a demanda está crescendo. O Sr. Byron exibiu aqui, noutro dia, os números que demonstram isso.

Deste modo, quero parabenizá-lo pela ação do Banco do Nordeste e dar esse depoimento neste momento em que apreciamos a proposta de aumento de capital para solucionar um problema pendente. A proposta tem todo o nosso apoio porque é justa, adequada e de interesse do País e do Nordeste.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, Deputado João Almeida.

Não havendo mais quem queira usar a palavra, peço que faça então suas considerações finais.

**O SR. BYRON COSTA DE QUEIROZ** – Agradeço ao Deputado João Almeida seu depoimento. Vamos analisar com o Superintendente o que está acontecendo e procurar suprir alguma falha ou alguma lacuna. Vou pedir ao Superintendente Wilson, da Bahia, que entre em contato com V.Exa. para verificar exatamente os pontos onde existem retardamento. Vamos verificar se se trata da falta de solução tecnológica, se trata realmente de um problema de pessoal ou de procedimento, de atitude. Nós analisaremos a situação. O nosso objetivo é ser ágil, ser célere, obviamente cumprindo os rituais. Vamos naturalmente recomendar isso.

Gostaria de encerrar agradecendo-lhes a atenção com que fomos ouvidos. O Banco tem cuidado bastante dessa questão, tanto é que vem fazendo isso, a partir de 1995, com decisões colegiadas, com ritual de crédito que, embora ágil, seja seguro, analítico. A desconcentração, sobretudo, favorece isso porque, mais do que uma máxima, é uma realidade. Você atua mais no atendimento ao micro e ao pequeno produtor. Eu mostrei uma quantidade de operações. Aliás, 97% das operações são



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

com micro e pequenos produtores. O pequeno produtor paga, ele é correto. Somente quando ele tem dificuldade é que não paga.

Estamos cuidando dessa questão da governância cooperativa, dos controles, enfim, da questão da segurança das operações. Isso é algo muito compartilhado, não pode ser produto do voluntarismo, nem do espírito presente de um Presidente nem da Diretoria nem de um conjunto de Superintendentes que ficam na direção geral. Essa é uma prática que efetivamente tem de ser incorporada no âmbito de cada um dos gestores, ou seja, todos os créditos são feitos de forma colegiada. Ninguém do Banco do Nordeste tem alçada para conceder cheque especial.

Precisamos, cada vez mais, aprimorar esse mecanismo de controle, a forma de atuar, tanto do ponto de vista da agilidade, quanto da segurança dos créditos e da boa governância da Controladoria.

Agradeço-lhes a oportunidade e tenho certeza de que nós conseguimos, efetivamente, a partir do nosso nível de conhecimento, responder àquelas questões que às vezes geram dúvidas quanto à interpretação e até por terminologia, ou pelo menos tentamos dar os esclarecimentos solicitados.

Farei a discussão sempre. Mandei fazer um levantamento da presença do Banco do Nordeste, tanto do Presidente quanto de Diretores. Em nossa gestão, de 1995 até aqui, tivemos 39 comparecimentos do Banco do Nordeste ao Congresso Nacional — à Câmara e ao Senado. Desses 39, na minha pessoa foram 11 comparecimentos nesses seis anos. Como Presidente em exercício, Osmundo Rebouças, que me substitui nos meus eventuais afastamentos por férias ou por viagem ao exterior, foram 10 comparecimentos. Portanto, 39 comparecimentos, sendo 21 do Presidente em exercício e, desses 21, 11 do Presidente titular. Isso significa a atenção que damos ao Congresso.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Cada vez mais, contando com o apoio do Congresso, temos que dar transparência, temos de dar satisfação, enfim, estar aqui para responder, através do Presidente, do Diretor ou por quem de direito que tenha mais credenciais do ponto de vista técnico, de informação, para que possamos debater e aperfeiçoar o processo de atuação do Banco. Acima de tudo, queremos também auscultar o que os diligentes representantes da sociedade nordestina, os Srs. Deputados e Srs. Senadores, têm a dizer, a reclamar. Estamos abertos para a crítica construtiva e para as sugestões que possam melhorar nosso trabalho para o permanente aperfeiçoamento.

Muito obrigado a todos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado. Agradeço aos nossos convidados, Sr. Antônio Carlos Dias Coelho.

Esta Mesa tem sido realmente bastante liberal, e não seria menos liberal com V.Exa, que nos pediu a palavra. Aliás, eu já havia anunciado que V.Exa. tinha uma tarefa específica fora da Comissão.

Vamos abrir essa exceção.

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** – Essa gravíssima exceção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Essa gravíssima exceção.

Com prazer, vamos ouvir o Deputado Benito Gama.

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** – Agradeço a V.Exa. a generosidade, muito comum a V.Exa., e aos demais pares desta Comissão.

Eu estava em votação agora na Comissão da CPMF, onde foi aprovada agora...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Eu já havia justificado.

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** – Então, acabamos de aprovar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Justifiquei errado. Só para corrigir, porque o Deputado Jorge Khoury estava na Comissão. O Deputado Manoel



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Salviano retirou-se para outra Comissão que não esta. V.Exas. estavam inscritos na lista, caso chegassem a tempo.

**(Não identificado)** – Sr. Presidente, e é tão importante quanto a votação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Não fomos infiéis ao nosso compromisso com V.Exas.

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** – Sr. Presidente, somente um minuto, para dar um depoimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – O Deputado Mauro Benevides havia comido mosca, poderia ter feito antes.

Desculpe-me usar esse termo em relação ao nosso eterno Senador.

**O SR. DEPUTADO BENITO GAMA** – Sr. Presidente, muito obrigado.

Desejo dar um depoimento sobre a questão do Banco do Nordeste, como baiano, nordestino, que acompanhou o desenvolvimento daquela instituição ao longo dos últimos 16 anos.

Em 1987 — o Senador Mauro Benevides pode confirmar —, em fevereiro, no Governo do Presidente José Sarney, o Governo Federal apresentou no Conselho Monetário um aumento de capital para o Banco do Nordeste de 1 bilhão de cruzados, ou a moeda equivalente na época. Naquele tempo, a Constituinte estava em pleno vigor, e V.Exa. era nosso colega. Em outubro ou novembro, nenhum cruzado daquele aumento de capital foi liberado para o Banco do Nordeste. Com o Banco entrando em crise, a economia nordestina, sempre muito frágil, fragilizava-se cada vez mais em função do desprezo com que o Governo Federal, o Ministério da Fazenda, o Banco Central, as instituições financeiras do País tratavam o Banco do Nordeste, ao contrário do que faziam com o BNDES. O BNDES foi chamado, há cerca de dez anos, de recreio



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

dos bandeirantes, somente eram destinados recursos para São Paulo, abandonando o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste.

Encontra-se presente o Senador Mauro Benevides que, naquela época, trabalhou muito por isso. Na época, fizemos uma emenda que extinguiu o Fundo Especial — em função do arbítrio do Governo Federal para com os Estados e Municípios do Nordeste —, criando o FNE. Tive a honra de ser o signatário dessa emenda. Depois, toda a bancada do Nordeste assinou-a, assim como a do Norte, com o Fundo da Amazônia, e posteriormente o FCO, do Centro-Oeste. A partir daquele momento, institucionalizaram-se recursos para o Banco do Nordeste fazer a irrigação na economia da região.

Vi o Banco do Nordeste antes e depois do FNE, dessa nova gestão, desse novo conceito do que é um banco moderno numa região atrasada. Cito os vários Presidentes — Byron Costa de Queiroz, Mauro Benevides, Pereira, Jorge Freire, Camilo Calazans — que passaram pelo Banco, com muito esforço pessoal; a equipe do Banco, como o Deputado Osmundo Rebouças; enfim, pessoas que tiveram e têm boa vontade, qualificação técnica e política para tocar aquela instituição.

É muito importante quando se vê créditos suplementares para o Banco do Nordeste. É muito fácil destinar-se créditos para os bancos privados, para os bancos do sul e para o BNDES. Destinam-se 30 vezes mais recursos do que para o Banco do Nordeste e para o Banco da Amazônia.

Cabe a nós, nordestinos, mostrar essa realidade, esse instrumento positivo, que é o Banco do Nordeste. Este depoimento vale para o que foi incrementado na média, pequena e microempresa, na agricultura, na indústria e no comércio. O Banco do Nordeste tem avançado muito no que se refere ao comércio exterior, tentado internacionalizar a economia, sobretudo o conceito gerador de economia externa no



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Nordeste brasileiro. Não se trata de um banco somente de um Estado, é o banco de uma região. Trabalhando junto com a SUDENE, o Banco do Nordeste conseguiu avançar muito. Infelizmente, a SUDENE não conseguiu, precisando ser repensada. Precisamos cuidar desse ponto.

O Banco do Nordeste é o instrumento mais forte e positivo da economia do Nordeste nos últimos dez anos. Digo isso porque fui Secretário da Fazenda no Estado da Bahia, Secretário da Indústria e do Comércio. Convivendo com o banco, conheço seus projetos e programas; seu quadro técnico e de pessoal tem melhorado e avançado muito em relação aos bancos privados. O Banco do Nordeste é fundamental para a região.

Como Deputado Federal e membro do Congresso Nacional, peço-lhe que sempre apóie bancos como o da Amazônia e o do Nordeste, que sejam estudados e trabalhados esses aspectos com boa vontade. Realmente, esses bancos estão fazendo o que nenhum de nós, que estamos fora daquelas regiões, pode acreditar.

Congratulo-me com o Presidente Byron Costa de Queiroz. O Banco do Nordeste realmente precisa do apoio do Congresso Nacional. Não negaremos esse apoio agora e no futuro.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente, invoco a palavra na condição de mais idoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Tenho certeza de que o Deputado Jorge Khoury, apesar da inscrição, cederá a palavra a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES** – Sr. Presidente Virgílio Guimarães, o Deputado Benito Gama, praticamente me trouxe à colação quando mencionou o fato



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

de que, sendo S.Exa. Secretário de Finanças e da Fazenda, na Bahia, e eu Presidente do Banco do Nordeste, mantivemos um entendimento permanente. S.Exa. reivindicou com empenho e obstinação, características que lhe são peculiares, os interesses da Bahia junto ao Banco do Nordeste. Agora, S.Exa. oferece esse testemunho extremamente importante para o Presidente Byron Costa de Queiroz. Pela sua qualificação, o Deputado Benito Gama traz um depoimento extremamente valioso para os registros do Banco do Nordeste.

Permito-me lembrar não apenas ao Deputado Benito Gama, mas a outros companheiros que discutiram com o Presidente Byron Costa de Queiroz, que não há nenhuma projeção pessoal. Quando assumi a Presidência da República — durante apenas quatro dias, Sr. Presidente —, fato que era rumoroso na imprensa, ative-me exclusivamente a assinar uma exposição de motivos garantindo 150 milhões de dólares para que o banco cumprisse um programa de geração de emprego e renda. Foi o único ato que assinei na ocasião. Posteriormente, já na Câmara dos Deputados e presidindo a Subcomissão de Fiscalização e Controle, defrontei-me com o relatório Booz-Allen, em cujo bojo se encontram propostas que atingem o Banco do Nordeste e o BASA, até a pretendida fusão entre ambos, a fim de transformá-los em agência de desenvolvimento. Fui contra essa sugestão. Segundo o Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, era uma mera proposta que, apresentada à consideração do Congresso e à própria sociedade, ainda não possuía nenhum ponto de vista definido do Poder Executivo. Mas nossa primeira reação vigorosa, incisiva e obstinada desestimulou o prosseguimento daqueles estudos relacionados com o relatório Booz-Allen.

Era exatamente esse testemunho que queria fazer chegar ao Presidente Byron Queiroz para que S.Exa. saiba que, independentemente de sua ação pessoal, embora



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

sempre representado por essa extraordinária figura de acesso altamente qualificado, que é o Dr. Salmito que, com muita competência, dirigiu a SUDENE num de seus períodos auspiciosos. Deixo esse registro para que o Dr. Byron saiba que, mesmo estando ausente, na minha condição de representante do povo cearense e de ex-Presidente do Banco, aqui estou na defesa daquela instituição financeira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Mauro Benevides.

Na seqüência, passo a palavra ao Deputado Jorge Khoury e, em seguida, como não houve inscrição formalizada, aos Deputados Danilo de Castro e Félix Mendonça.

**O SR. DEPUTADO JORGE KHOURY** – Sr. Presidente, companheiros Parlamentares, Presidente do Banco do Nordeste e demais funcionários do Banco aqui presentes, gostaria de usar rapidamente da palavra para me desculpar pela ausência, conforme levantaram os companheiros durante votação da prorrogação da CPMF. No entanto, gostaria de deixar patente nosso entendimento com relação à ação do Banco do Nordeste na nossa região.

Não tenho dúvida de que o que já foi dito pelos companheiros Benito Gama e Mauro Benevides reflete o pensamento de todos os nordestinos sobre a importância do Banco. É bem verdade que, ao longo da sua vida, pôde criar uma série de condições de desenvolvimento, como também cometeu alguns equívocos. Qual instituição não as comete?

Portanto, num balanço do trabalho do Banco, o saldo positivo é bem maior do que se pode imaginar. O Nordeste seria totalmente diferente não fosse o Banco do Nordeste. Deixo também meu testemunho, como Secretário da Indústria e do Comércio da Bahia, no Governo passado, da permanente parceria com o Banco do Nordeste, da sua modernização e do seu avanço sob a administração do Presidente Byron.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Não estive presente à reunião, mas conheço os pensamentos do companheiro José Pimentel acerca de determinadas posturas do banco. Isso é salutar, promove o debate e cria condições de aperfeiçoamento e melhoramento. Sei que o Banco avançou muito e poderá continuar avançando. A bancada do Nordeste aqui está para apoiá-lo e, evidentemente, buscar orientá-lo e sugerir-lhe inovações que, entendemos, sejam para a melhoria do seu desempenho e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da Região Nordeste.

Assim, congratulo-me com os demais companheiros dizendo do nosso apreço. Juntos, haveremos de continuar trabalhando para o crescimento do Banco e da nossa região.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado, Deputado Jorge Khoury.

**O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO** - Sr. Presidente, tive de sair para uma audiência e gostaria de também participar desta audiência pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Esta Presidência ia conceder a palavra ao Deputado Danilo, mas se S.Exa. não se incomodar de ceder a vez, já que o Deputado Manoel iniciou sua fala...

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** – Pois não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Concedo a palavra ao Deputado Manoel, pois sei que o Deputado Danilo aguardará com paciência.

**O SR. DEPUTADO MANOEL SALVIANO** - Sr. Presidente, temos a Emenda Constitucional nº 25, que está tramitando nesta Casa, já passou por todas as Comissões e agora seguirá para o plenário. Essa emenda destina 10% do PIS/PASEP para o Banco do Nordeste. Com isso, o Banco terá mais desconto de recurso. Aliás,



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

nesta oportunidade peço a todos os companheiros apoio à aprovação dessa emenda que vai a plenário, talvez, no próximo ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Manoel.

Nosso Deputado Olavo Calheiros está nos alertando que a luz amarela está pulsante, o que significa que a Ordem do Dia já foi instalada. Portanto, vamos ouvir rapidamente os dois últimos oradores inscritos, para que não infrinjamos o Regimento, como bem chamou nossa atenção o ilustre Deputado.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** - Sr. Presidente, serei bastante rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** - Sr. Presidente, Presidente Byron, colegas Deputados, gostaria de fazer o registro do trabalho do Banco do Nordeste na nossa região de Jequitinhonha, no norte de Minas Gerais. Esse banco já possui na região mais de 80% das aplicações agrícolas. Esse é um fato bastante auspicioso para a economia de uma região subdesenvolvida. Gostaria ainda de agradecer ao Presidente Byron a instalação da agência do Banco do Nordeste em Teófilo Otoni, de acordo com a participação da região do Mucuri.

Presidente Byron, conheço V.Sa. e sei do seu trabalho à frente do Banco do Nordeste. Quero aqui, mais uma vez, deixar registrado que o Banco não tem sido uma esperança, mas uma realidade de desenvolvimento numa região bastante carente de Minas Gerais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Muito obrigado, Deputado Danilo de Castro. Creio que o Deputado José Carlos Elias já reivindicou uma agência para o Vale do Jequitinhonha. Já existe uma no Vale do Mucuri.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. DEPUTADO DANILO DE CASTRO** - Há 20 dias foi aberta uma agência em Teófilo Otoni.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Certo. (*Risos.*) Atendeu a uma e já está reivindicando outra. Faz bem.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA** – Sr. Presidente, como representante da região do cacau e também de Irecê, região produtora de grãos, gostaria de registrar que o Presidente Byron, com toda sua equipe do Banco do Nordeste, tem modernizado e atuado com muita eficiência nesses dois setores da agricultura.

Sabemos ainda, assim como o nosso atento e atuante Deputado Pimentel, que, às vezes, S.Exa. mostra alguns percalços. Mas, na verdade, isso não impede que apoiemos um banco estatal da melhor qualidade, como também o é o Banco do Brasil, no sentido de aprovarmos seus interesses nesta Comissão.

Deputado José Pimentel, costumo dizer o mesmo que o povo baiano: quem olha para o alto às vezes não vê as pedras que há no caminho. Mas, o Presidente Byron tem tentado tirar essas pedras com muita eficiência.

Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA** – Sr. Presidente, gostaria de fazer um testemunho de 30 segundos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. DEPUTADO ROBERTO ROCHA** – Sr. Presidente, trago a esta Comissão o testemunho do povo do Maranhão das ações do Banco do Nordeste no Estado.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

Sou testemunha das realizações e ações do Banco do Nordeste em nosso Estado, onde o banco participa com mais de 70% dos financiamentos, seja em ações públicas, seja em ações privadas. O Banco do Nordeste, portanto, tem sido extraordinariamente importante no processo de desenvolvimento do Maranhão.

Cumprimento, particularmente, o Presidente Byron pela ação positiva na gestão dos negócios do Banco do Nordeste do Brasil, instituição realmente muito importante para essa pobre região do País. Meus cumprimentos e o abraço do povo do Maranhão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Muito obrigado, Deputado Roberto Rocha.

Antes de passar para o encerramento, relembro aos Srs. Deputados presentes que assinem o livro de presença para a reunião de hoje, às 18h30min, se houver tempo, com o fim de votarmos os projetos de lei. São mais de 80 projetos que ainda se encontram nesta Comissão aguardando nosso pronunciamento, para, então, serem encaminhados ao plenário do Congresso Nacional.

Com a palavra o Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Byron Queiroz.

**O SR. BYRON QUEIROZ** – Agradeço aos Deputados Benito Gama, Mauro Benevides, Jorge Khoury, Manoel Salviano, Danilo de Castro, Félix Mendonça e Roberto Rocha suas palavras que efetivamente estimularão, cada vez mais, toda a equipe do Banco do Nordeste a aperfeiçoar seu trabalho e melhorar sua forma de atuar. Os registros positivos são entendidos mais como motivação do que como reconhecimento. O reconhecimento é importante, mas a motivação é o fator principal para que sejam dados saltos evolutivos a partir dos patamares atingidos até o momento.

Já havia feito minhas considerações finais. Desejo aduzir meus agradecimentos e essa observação final, além de agradecer a todos a atenção.



**CONGRESSO NACIONAL**  
**Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Virgílio Guimarães) – Obrigado, Presidente Byron.

Finalmente, agradeço aos nossos convidados: Sr. Antônio Carlos Dias Coelho, nosso expositor na primeira parte da audiência pública, e o Dr. Byron Costa de Queiroz, Presidente do BNB, nosso convidado da segunda parte da audiência. Agradeço a todos a presença, lembrando-os da reunião de hoje, às 18h30min, se já houver encerrado a Ordem do Dia da Câmara e do Senado, e que o livro se encontra aberto.

Portanto, encerro esta audiência pública, lembrando que há convocação para reunião ordinária hoje, às 18h30min, para apreciação dos PLs.

Está encerrada a sessão.